

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DO ANO DE 2021

PONTA DELGADA
06 DE FEVEREIRO DE 2023



Índice

| | |
|--------------------------------------------------------|-----------|
| TRABALHOS DA COMISSÃO | 4 |
| 1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO | 4 |
| 2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE | 4 |
| 3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE | 5 |
| A) RECEITA..... | 5 |
| B) DESPESA..... | 11 |
| C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS..... | 17 |
| D) PLANO DE INVESTIMENTOS..... | 17 |
| E) COVID-19 | 19 |
| F) FURACÃO LORENZO..... | 20 |
| G) PLANO DE RECUPERÇÃO E RESILIENCIA (PRR) | 20 |
| H) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES..... | 21 |
| I) PATRIMÓNIO | 25 |
| J) FLUXOS FINANCEIROS..... | 29 |
| K) RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS | 29 |
| 4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER..... | 34 |



Índice de Ilustrações

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA (2018 – 2021) | 6 |
| GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2018 – 2021)..... | 9 |
| GRÁFICO 3 – TRANSFERÊNCIAS | 11 |
| GRÁFICO 4 – DESPESAS CORRENTES | 13 |
| GRÁFICO 5 – DESPESAS | 13 |
| GRÁFICO 6 – DESPESAS DE CAPITAL | 14 |
| GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES..... | 15 |
| GRÁFICO 8 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA 2018-2021..... | 16 |

Índice de Quadros

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1- RECEITAS | 5 |
| QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA (2018-2021)..... | 6 |
| QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA | 7 |
| QUADRO 4 - RECEITA FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA..... | 7 |
| QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS (2018-2021)..... | 8 |
| QUADRO 6 - OUTRAS RECEITAS | 9 |
| QUADRO 7 - TRANSFERÊNCIAS..... | 10 |
| QUADRO 8 - DESPESA DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL..... | 12 |
| QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA POR FUNÇÕES | 15 |
| QUADRO 10 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA DIRETA..... | 15 |
| QUADRO 11 – DESPESA ADNINISTRATIVA REGIONAL INDIRETA | 16 |
| QUADRO 12 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE INVESTIMENTOS – 2021 | 18 |
| QUADRO 13 - DESPESAS POR SUBSETOR RELATIVO À COVID-19..... | 19 |
| QUADRO 14 - MEDIDAS DE CARATER EXCECIONAL E PRR - IMPACTO DOS MEIOS FINANCEIROS DISPENDIDOS..... | 20 |
| QUADRO 15 - DÍVIDA FINANCEIRA | 22 |
| QUADRO 16 - DÍVIDA NÃO FINANCEIRA | 23 |
| QUADRO 17 – AVALES..... | 24 |
| QUADRO 18 – VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM CARTAS CONFORTO | 24 |
| QUADRO 19 - PATRIMÓNIO NÃO FINANCEIRO DA RAA..... | 25 |
| QUADRO 20 – POSIÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS..... | 26 |
| QUADRO 21 - ENTIDADES CONTROLADAS PELA RAA..... | 27 |
| QUADRO 22 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DA RAA – RESUMO..... | 28 |



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2021, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 8/XII, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2021.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021 aprovado pelo DLR n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio,

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução do Conselho do Governo n.º 110-A/2022 de 29 de junho de 2022.

Este documento reflete a estrutura orgânica do XIII GRA, aprovada pelo DRR n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 3/2020/A, de 24 de dezembro, deu entrada na Assembleia no dia 30 de junho de 2022, tendo sido remetido à Comissão de Economia no dia 7 de dezembro de 2022.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão também em 7 de dezembro de 2022.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão



Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:

A) RECEITA

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional, em 2021, atingiu o valor de 1.947,3 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1- Receitas

| Quadro 1 - Receita | | | | | |
|----------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------|
| Euro | | | | | |
| Capítulos | Administração Regional Direta | Administração Regional Indireta | | | Sector Público Administrativo Regional |
| | | Serviços e Fundos Autónomos (SFA) | Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) | Total | |
| Impostos diretos | 236 130 732 | - | - | - | 236 130 732 |
| Impostos indiretos | 479 795 312 | - | - | - | 479 795 312 |
| Contribuições SS, CGA e ADSE | - | - | - | - | - |
| Taxas, multas e outras penalidades | 9 627 276 | 13 886 856 | 410 638 | 14 297 494 | 23 924 770 |
| Rendimentos da propriedade | 6 019 105 | 869 | 870 | 1 739 | 6 020 843 |
| Transferências correntes | 220 458 355 | 417 348 979 | 274 024 928 | 691 373 907 | 271 616 521 |
| Venda de bens e serviços correntes | 2 415 452 | 4 859 994 | 20 534 335 | 25 394 328 | 20 562 491 |
| Outras receitas correntes | 197 961 | 462 428 | 2 671 648 | 3 134 077 | 3 291 512 |
| Receitas Correntes a) | 954 644 192 | 436 559 126 | 297 642 419 | 734 201 545 | 1 041 342 180 |
| Venda de bens de investimento | 609 106 | - | 909 | 909 | 610 014 |
| Transferências de capital | 276 434 602 | 102 656 111 | 19 549 362 | 122 205 472 | 280 456 251 |
| Ativos financeiros | 662 530 | 41 370 | - | 41 370 | 703 900 |
| Passivos financeiros | 435 000 000 | - | 5 984 956 | 5 984 956 | 440 984 956 |
| Outras receitas de capital | - | 24 849 | 297 335 | 322 184 | 322 184 |
| Receitas de Capital b) | 712 706 237 | 102 722 330 | 25 832 561 | 128 554 891 | 723 077 305 |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 76 234 761 | 620 306 | 27 614 | 647 921 | 76 882 682 |
| Saldo da gerência anterior | 68 957 767 | 18 986 085 | 18 072 332 | 37 058 417 | 106 016 184 |
| Outras Receitas c) | 145 192 528 | 19 606 391 | 18 099 947 | 37 706 338 | 182 898 866 |
| Receita Total a+b+c | 1 812 542 957 | 558 887 847 | 341 574 927 | 900 462 774 | 1 947 318 351 |

a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.812,5 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 900,5 milhões de euros.

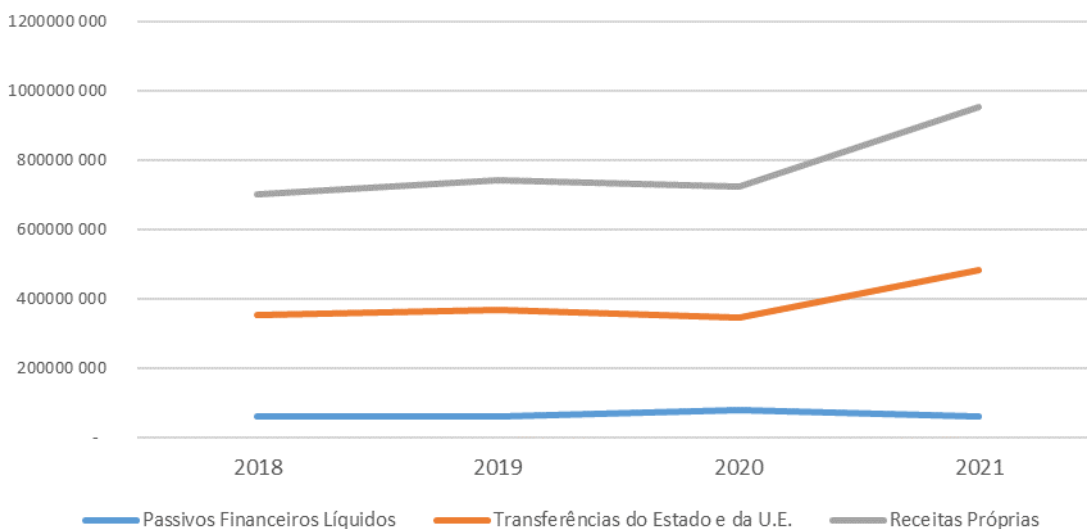


Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2018-2021)

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivos Financeiros Líquidos | 59 742 000 | 60 000 000 | 77 593 000 | 60 000 000 |
| Transferências do Estado e da U.E. | 350 687 520 | 367 114 893 | 346 439 095 | 481 269 971 |
| Receitas Próprias | 702 683 128 | 740 643 800 | 723 083 488 | 954 260 623 |
| Total | 1 113 112 648 | 1 167 758 693 | 1 147 115 583 | 1 495 530 594 |

Em 2021 regista-se um aumento das Receitas Próprias em 231,2 milhões de euros e (32,9%), tal como as Transferências do Estado e da U.E. em 134,8 milhões de euros (38,4%) e uma redução dos Passivos Financeiros Líquidos em 29,4% (de 77,6 milhões de euros para 60,0 milhões de euros).

Gráfico 1 – Evolução da Receita (2018 – 2021)





Quadro 3 - Composição da Receita Própria

| | Euros | % |
|----------------------------------------|-----------------------|---------------|
| Receita Própria | Receita contabilizada | % |
| Receita Fiscal | 715 926 043 | 75,02 |
| Taxas, Multas e outras penalidades | 23 924 770 | 2,51 |
| Rendimentos de propriedade | 6 020 843 | 0,63 |
| Venda de bens e serviços correntes | 20 562 491 | 2,15 |
| Venda de bens de investimento | 610 014 | 0,06 |
| Ativos Financeiros | 703 900 | 0,07 |
| Outras Receitas | 3 613 696 | 0,38 |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 76 882 682 | 8,06 |
| Saldo da gerência anterior | 106 016 184 | 11,11 |
| Total | 954 260 623 | 100,00 |

Por sua vez, as Receitas Fiscais, no valor de 715,9 milhões de euros, representam cerca de 75,0 % do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam apenas 0,4 %. O Saldo da Gerência Anterior representa 11,1% da Receita Própria.

Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional Direta

| | Euro | % |
|---------------------------------------------|--------------------|---------------|
| Receita Fiscal | Valor | % |
| IRS | 193 764 716 | 27,06 |
| IRC | 42 366 016 | 5,92 |
| Imposto sobre sucessões e doações | - | - |
| Imposto de uso, porte e detenção de armas | - | - |
| Impostos diretos diversos | - | - |
| Total Impostos Diretos | 236 130 732 | 32,98 |
| ISP | 61 907 219 | 8,65 |
| IVA | 324 667 164 | 45,35 |
| Imposto sobre veículos | 4 222 069 | 0,59 |
| Imposto sobre o tabaco | 47 437 759 | 6,63 |
| Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas | 7 022 991 | 0,98 |
| Imposto selo | 25 929 767 | 3,62 |
| Outros impostos indiretos s/consumo | - | - |
| Jogo | 2 120 372 | - |
| Imposto único de circulação | 6 464 824 | 0,90 |
| Impostos indiretos diversos | 23 148 | 0,00 |
| Total Impostos Indiretos | 479 795 312 | 67,02 |
| Total Receita Fiscal | 715 926 043 | 100,00 |



Os Impostos Diretos, no valor de 236,1 milhões de euros (33,0% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 27,1% e 5,9% da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 479,8 milhões de euros (67,0% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (324,7 milhões de euros), ISP (61,9 milhões de euros) e Imposto sobre o Tabaco (47,4 milhões de euros).

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2018-2021)

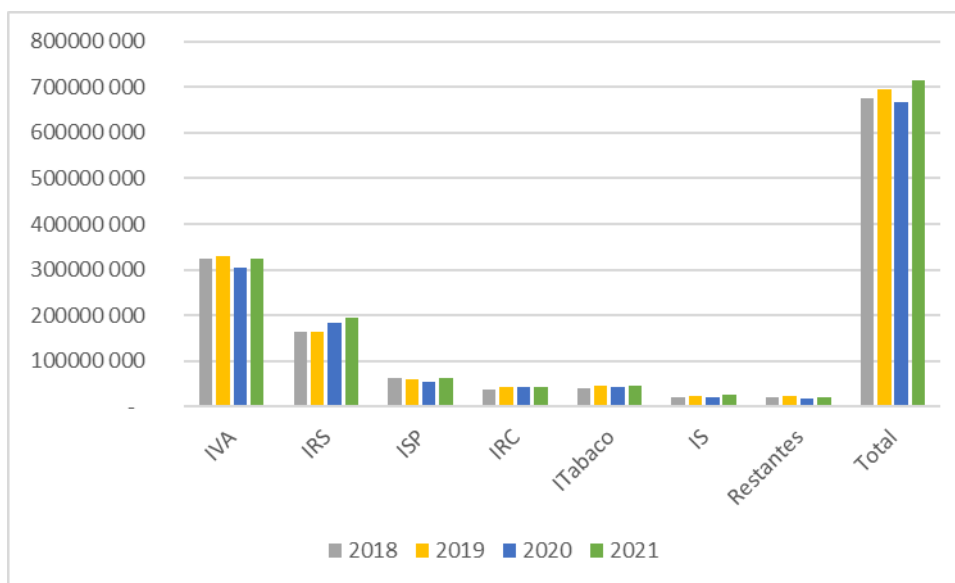
| IMPOSTOS | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| IVA | 325 052 610 | 330 974 646 | 304 773 963 | 324 667 164 |
| IRS | 165 307 290 | 165 363 726 | 182 831 509 | 193 764 716 |
| ISP | 63 118 225 | 60 728 128 | 53 540 292 | 61 907 219 |
| IRC | 39 058 280 | 44 689 020 | 43 310 273 | 42 366 016 |
| ITabaco | 41 700 493 | 47 172 245 | 44 337 449 | 47 437 759 |
| IS | 21 140 949 | 22 728 714 | 21 037 665 | 25 929 767 |
| Restantes | 19 991 718 | 22 883 130 | 18 195 502 | 19 853 403 |
| Total | 675 369 565 | 694 539 610 | 668 026 654 | 715 926 043 |

Em comparação com o ano anterior, houve um aumento das receitas fiscais de 47,9 milhões de euros (+7,2%), merecendo nota de destaque o aumento de 19,9 milhões de euros das receitas com o IVA (+6,5%), seguido do ISP em 8,4 milhões de euros (+15,6%).

Pelo contrário, registou-se o um ligeiro decréscimo de 0,9 milhões de euros do IRC (-2,2%).



Gráfico 2 – Evolução dos Principais Impostos (2018 – 2021)



Nas Outras Receitas, no valor de 18,9 milhões de euros, destacam-se as taxas, multas e outras penalidades, com 51,0% do total e os rendimentos da propriedade, com 31,9% do total.

Quadro 6 - Outras Receitas

| | Euro | |
|-------------------------------------|-------------------|---------------|
| Outras Receitas | Valor | % |
| Contribuições SS, CGA e ADSE | - | - |
| Taxas, multas e outras penalidades | 9 627 276 | 51,02 |
| Rendimentos da propriedade | 6 019 105 | 31,90 |
| Vendas de bens e serviços correntes | 2 415 452 | 12,80 |
| Outras receitas correntes | 197 961 | 1,05 |
| Venda de bens de investimento | 609 106 | 3,23 |
| Outras receitas de capital | - | - |
| Total | 18 868 899 | 100,00 |

➤ **Transferências**

As Transferências, num total de 481,3 milhões de euros, provieram do Orçamento do Estado (65%) e da União Europeia (35%).



Quadro 7 – Transferências

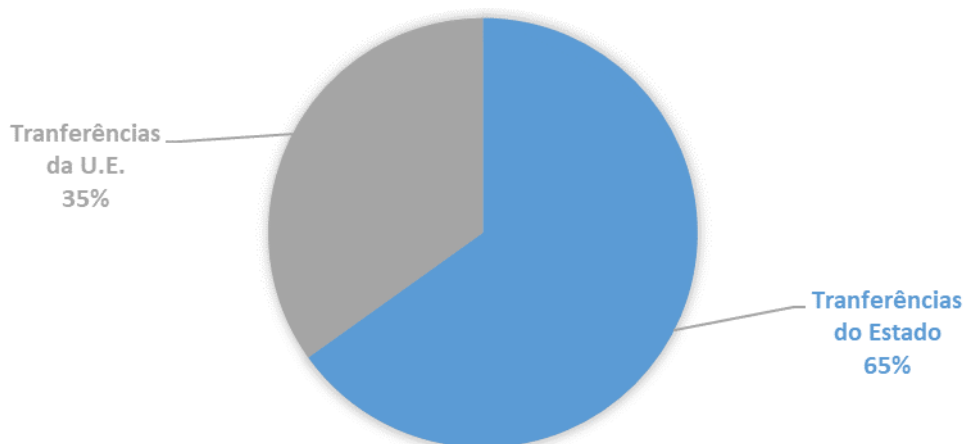
| Transferências | | Valor (€) |
|-----------------------|-------------------------------|--------------------|
| Estado | Subsídio Social de Mobilidade | 10 052 445 |
| | Princípio da Solidariedade | 196 294 334 |
| | Fundo de Coesão | 107 096 090 |
| | Sub-total | 313 442 869 |
| União Europeia | FEDER | 88 573 571 |
| | FSE | - |
| | FCOESAO | - |
| | FEADER - PRORURAL | 883 478 |
| | FEAMP - PO MAR 2020 | 917 886 |
| | PRR | 75 399 998 |
| | Outros Fundos | 2 052 169 |
| Sub-total | 167 827 102 | |
| Total | 481 269 971 | |

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 313,4 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 196,3 milhões de euros, as do Fundo de Coesão, com 107,1 milhões de euros e as transferências relativas às obrigações de serviço público, no valor de cerca de 10,1 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 167,8 milhões de euros, assume maior peso a verba proveniente do FEDER, com 88,6 milhões de euros, o PRR, com 75,4 milhões de euros e de Outros Fundos, com 2,1 milhões de euros, bem como a verba do FEAMP, no valor de 0,9 milhões de euros e FEADER – PRORURAL 0,9 milhões de euros.



Gráfico 3 – Transferências



As Transferências do Estado representam 65% do total, enquanto as Transferências da União Europeia atingem 35%.

➤ **Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros, no ano de 2021 registados na Conta da Região Autónoma dos Açores foram 435 milhões de euros para refinanciamento da dívida.

B) DESPESA

A despesa global consolidada do sector público administrativo regional, em 2021, atingiu o valor de 2.597,4 milhões de euros, dos quais 1.843,2 milhões de euros dizem respeito a despesas correntes e 754,2 milhões de euros a despesas de capital.



Quadro 8 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

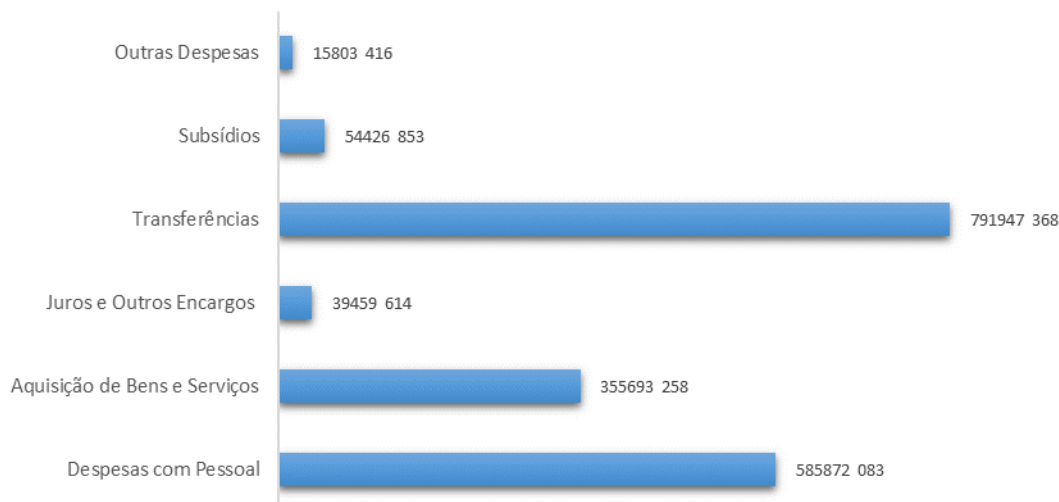
Euros

| Designação | Administração Regional Direta ARD | Serviços e Fundos Autónomos SFA | Entidades Públicas Reclassificadas EPR | Sector Público Administrativo Regional (Consolidado) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Despesas Correntes | | | | |
| Despesas com Pessoal | 128 586 628 | 314 049 271 | 143 236 184 | 585 872 083 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 100 906 239 | 92 029 286 | 162 757 734 | 355 693 258 |
| Juros e Outros Encargos | 37 410 604 | 776 162 | 1 272 848 | 39 459 614 |
| Transferências [a)] | 713 052 671 | 78 864 097 | 30 600 | 791 947 368 |
| Subsídios | 14 929 393 | 39 062 577 | 434 883 | 54 426 853 |
| Outras Despesas | 13 261 612 | 739 339 | 1 802 464 | 15 803 416 |
| Total Despesas Correntes | 1 008 147 146 | 525 520 732 | 309 534 713 | 1 843 202 592 |
| Despesas de Capital | | | | |
| Aquisição de Bens | 47 994 480 | 4 724 000 | 6 469 041 | 59 187 520 |
| Transferências [a)] | 346 197 486 | 7 731 516 | 833 666 | 354 762 668 |
| Ativos Financeiros | 86 420 750 | 34 000 | 62 479 | 86 517 229 |
| Passivos Financeiros | 240 000 657 | - | 13 591 665 | 253 592 322 |
| Outras Despesas | 103 900 | - | - | 103 900 |
| Total Despesas de Capital | 720 717 273 | 12 489 516 | 20 956 850 | 754 163 639 |
| Total da Despesa | 1 728 864 419 | 538 010 248 | 330 491 563 | 2 597 366 230 |
| Despesa Efetiva (1) | 1 402 443 012 | 537 976 248 | 316 837 420 | 2 257 256 680 |
| Despesa Primária (2) | 1 365 032 408 | 537 200 086 | 315 564 572 | 2 217 797 066 |
| Despesa Corrente Primária (3) | 970 736 542 | 524 744 570 | 308 261 866 | 1 803 742 978 |
| a) valor não corresponde ao somatório, porque são deduzidas as transferências intra-internas. | | | | |
| (1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros | | | | |
| (2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos | | | | |

Nas despesas correntes, destacam-se os 585,9 milhões de euros de despesas com pessoal, que representaram 31,8% do total destas e os 355,7 milhões de euros afetos à aquisição de bens e serviços, que equivaleram a 19,3% deste agregado.

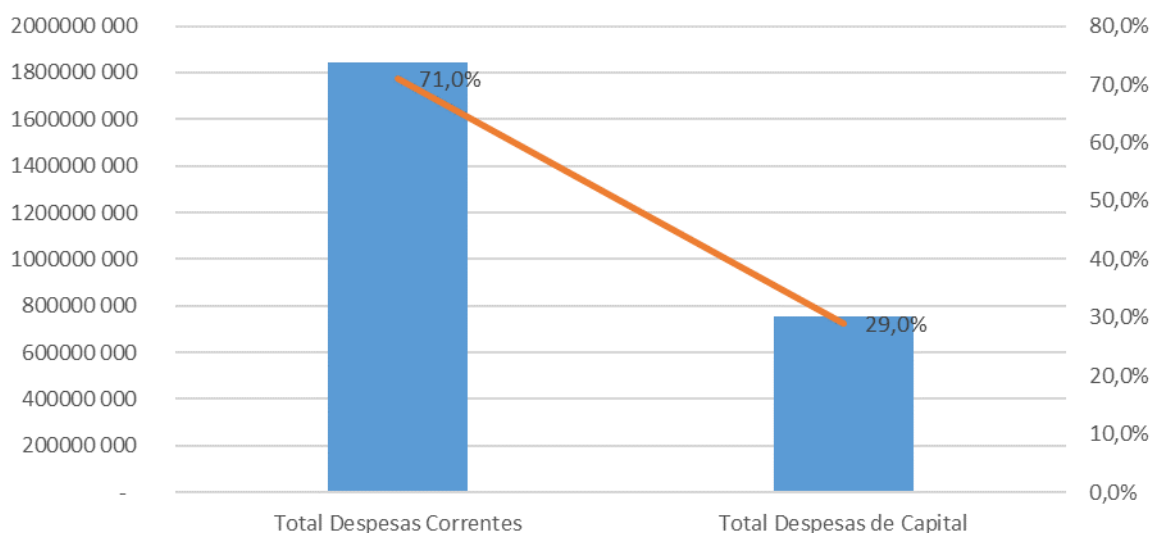


Gráfico 4 – Despesas Correntes



As Despesas de Capital, no valor de 754,2 milhões de euros, representaram 29% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 1.843,2 milhões de euros, atingiram 71%.

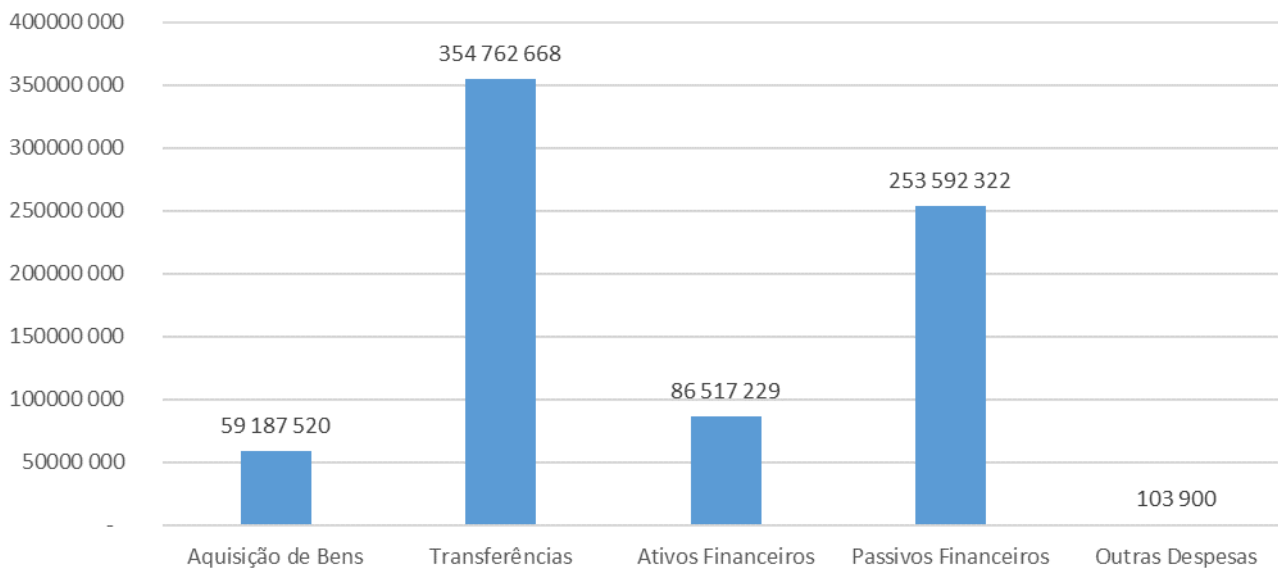
Gráfico 5 – Despesas



No que concerne às despesas de capital, destacam-se as transferências, com 354,8 milhões de euros (47,0%), os passivos financeiros, com 253,6 milhões de euros (33,6%) e aquisições de bens, com 59,2 milhões de euros (7,8%).



Gráfico 6 – Despesas de Capital



A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 2.257,3 milhões de euros, enquanto a Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) foi de 2.217,8 milhões de euros.

➤ **Despesa por Funções**

A despesa total da Administração Regional Direta atingiu os 1.728,9 milhões de euros, incluindo os passivos financeiros e operações extraorçamentais.

Quadro 9 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por Funções

| | Euro | | | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Funções Gerais de Soberania | 234 548 924 | 121 889 877 | 28 269 200 | 22 057 841 |
| Funções Sociais | 741 045 170 | 687 105 423 | 778 059 064 | 836 333 941 |
| Funções Económicas | 328 160 386 | 288 030 860 | 379 038 140 | 593 129 481 |
| Outras Funções | 158 738 644 | 202 838 111 | 494 296 165 | 277 343 156 |
| Total | 1 462 493 124 | 1 299 864 270 | 1 679 662 569 | 1 728 864 419 |

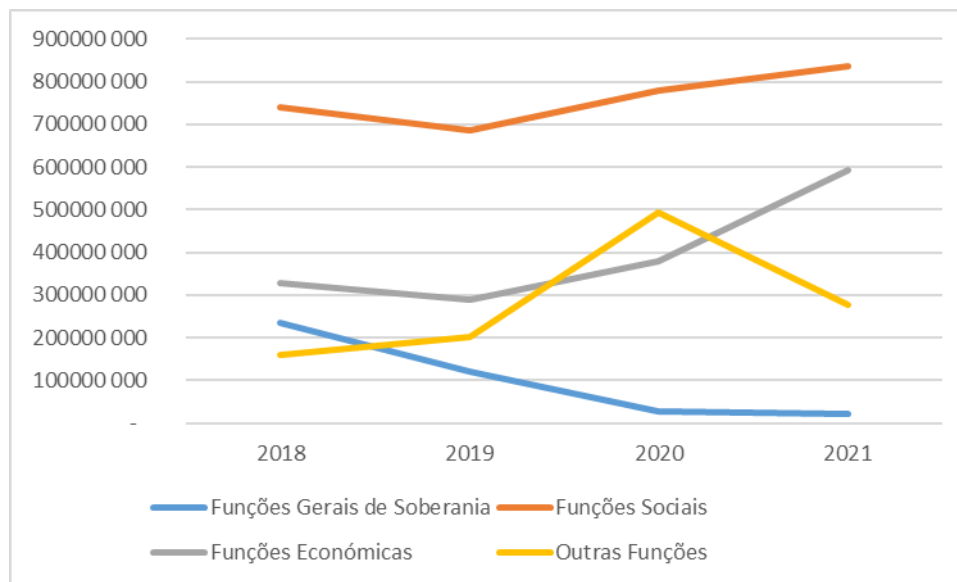
As funções sociais, com 48,4% do total da despesa, (836,3 milhões de euros) representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde e a Educação.

Seguem-se, em termos de representatividade, as outras funções, com 16,0% (277,3 milhões de euros), as funções económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e



comunicações, com 593,1 milhões de euros (34,3%) e as funções gerais de soberania, com 22,1 milhões de euros (1,3%).

Gráfico 7 – Evolução da Despesa por Funções



➤ **Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta**

A rubrica Redistribuição de Verbas absorve 58,9% dos pagamentos efetuados, logo seguida da rubrica Operações de Dívida Direta, com 20,1% e Despesas com o Pessoal, com 9,3% do total dos pagamentos. g

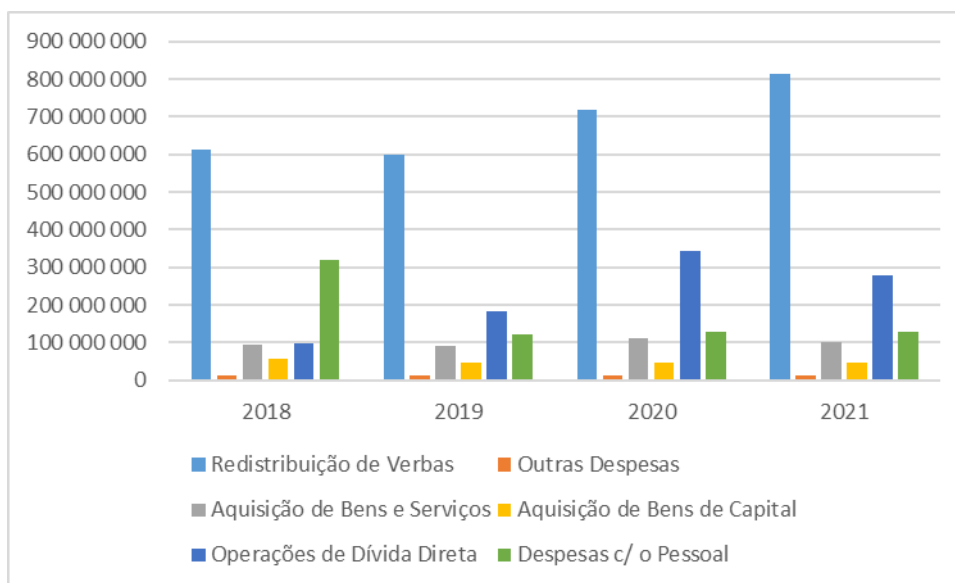
Quadro 10 – Pagamentos efetuados pela Administração Pública Direta

| Agrupamentos Económicos | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Redistribuição de Verbas | 612 480 792 | 600 460 775 | 717 230 996 | 814 402 814 |
| Outras Despesas | 13 073 888 | 13 386 615 | 13 094 048 | 13 365 512 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 94 233 507 | 91 596 482 | 111 197 729 | 100 906 239 |
| Aquisição de Bens de Capital | 57 388 062 | 45 822 031 | 47 547 387 | 47 994 480 |
| Operações de Dívida Direta | 96 649 329 | 184 745 363 | 342 851 128 | 277 411 261 |
| Despesas c/ o Pessoal | 320 297 608 | 120 884 696 | 127 833 910 | 128 586 628 |

Euro



Gráfico 8 – Pagamentos Efetuados pela Administração Pública Direta 2018-2021



➤ **Despesa da Administração Pública Indireta**

No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta, esta atingiu os 868,5 milhões de euros em 2021, dos quais 538,0 milhões de euros dos SFA-Serviços e Fundos Autónomos (61,9%) e 330,5 milhões de euros relativos às EPR-Entidades Públicas Reclassificadas (38,1%).

Quadro 11 - Despesa Administração Regional Indireta

| Despesa | Euro | | |
|---------------------|-----------------------------|------------------------------------|--------------------|
| | Serviços e Fundos Autónomos | Entidades Públicas Reclassificadas | Total |
| Despesas Correntes | 525 520 733 | 309 534 713 | 835 055 446 |
| Despesas de Capital | 12 489 516 | 20 956 850 | 33 446 366 |
| Total | 538 010 249 | 330 491 563 | 868 501 812 |

Face ao total das despesas, cerca de 835,1 milhões de euros resultam das Despesas Correntes (96,1%), enquanto os restantes 33,4 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital (3,9%).

O saldo orçamental em 2021, deficitário em 92 milhões de euros, está influenciado positivamente pelo registo do adiantamento de verbas recebidas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que não teve aplicação em despesa (67,1 milhões de euros).



C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

As operações extraorçamentais registaram uma execução de 256,7 milhões de euros, dos quais 230,0 milhões de euros referentes a Outras Operações de Tesouraria e 26,7 milhões de euros referente a Operações de Tesouraria.

D) PLANO DE INVESTIMENTOS

O valor global do Investimento Público previsto, para 2021, ascendeu a 732,4 milhões de euros, tendo sido executados 632,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 86,4%.



Quadro 12 - Execução Financeira do Plano de Investimentos – 2021

| Nº | Objetivo / Programa | % e Euro | | | | |
|----|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-------------|
| | | Dotação Revista | | Executado | | Tx Exec |
| | | Euro | % | Euro | % | % |
| | Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades | 204 522 788 | 27,9 | 181 809 853 | 28,7 | 88,9 |
| 2 | Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | 54 928 667 | 7,5 | 45 973 213 | 7,3 | 83,7 |
| 4 | Educação | 22 637 883 | 3,1 | 19 937 940 | 3,2 | 88,1 |
| 5 | Saúde, Desporto e Proteção Civil | 61 608 460 | 8,4 | 57 951 247 | 9,2 | 94,1 |
| 8 | Cultura, Ciência e Transição Digital | 7 044 879 | 1,0 | 6 408 782 | 1,0 | 91,0 |
| 11 | Juventude, Emprego, Comércio e Indústria | 42 496 778 | 5,8 | 39 347 347 | 6,2 | 92,6 |
| 12 | Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações | 15 806 121 | 2,2 | 12 191 324 | 1,9 | 77,1 |
| | Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento | 195 178 067 | 26,6 | 170 838 002 | 27,0 | 87,5 |
| 3 | Competitividade Empresarial e Administração Pública | 65 745 913 | 9,0 | 64 348 814 | 10,2 | 97,9 |
| 6 | Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | 60 622 782 | 8,3 | 52 556 763 | 8,3 | 86,7 |
| 7 | Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar | 25 519 296 | 3,5 | 22 386 517 | 3,5 | 87,7 |
| 8 | Cultura, Ciência e Transição Digital | 8 874 705 | 1,2 | 6 363 508 | 1,0 | 71,7 |
| 9 | Ambiente, Alterações Climáticas e Território | 14 511 342 | 2,0 | 11 620 054 | 1,8 | 80,1 |
| 10 | Transportes, Turismo e Energia | 6 000 001 | 0,8 | 5 558 014 | 0,9 | 92,6 |
| 11 | Juventude, Emprego, Comércio e Indústria | 9 603 800 | 1,3 | 5 882 097 | 0,9 | 61,2 |
| 12 | Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações | 4 300 228 | 0,6 | 2 122 235 | 0,3 | 49,4 |
| | Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente | 67 742 530 | 9,2 | 58 192 900 | 9,2 | 85,9 |
| 1 | Informação, Comunicação e Cooperação Externa | 1 497 000 | 0,2 | 1 244 147 | 0,2 | 83,1 |
| 2 | Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | 3 372 500 | 0,5 | 2 754 202 | 0,4 | 81,7 |
| 3 | Competitividade Empresarial e Administração Pública | 8 411 700 | 1,1 | 8 251 747 | 1,3 | 98,1 |
| 12 | Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações | 54 461 330 | 7,4 | 45 942 804 | 7,3 | 84,4 |
| | Afirmar os Açores no Mundo | 264 932 104 | 36,2 | 221 966 835 | 35,1 | 83,8 |
| 1 | Informação, Comunicação e Cooperação Externa | 350 000 | 0,0 | 309 800 | 0,0 | 88,5 |
| 2 | Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | 3 455 906 | 0,5 | 2 886 582 | 0,5 | 83,5 |
| 7 | Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar | 2 102 296 | | 868 172 | 0,1 | 41,3 |
| 10 | Transportes, Turismo e Energia | 254 838 052 | | 214 729 857 | 33,9 | 84,3 |
| 12 | Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações | 4 185 850 | 0,6 | 3 172 424 | 0,5 | 75,8 |
| | TOTAL | 732 375 489 | 100,0 | 632 807 590 | 100,0 | 86,4 |

Na análise da execução do Plano de 2021, destaca-se o objetivo estratégico **“Afirmar os Açores no Mundo”**, com 222,0 milhões de euros, com uma taxa de 83,8%, sendo o objetivo estratégico **“Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades”** o que atingiu a maior execução, com uma taxa de 88,9%.

Ao nível de programas, o programa 5 **“Saúde, Desporto e Proteção Civil”** teve a maior taxa de execução, com 94,1%. No sentido inverso, o programa 7, designado por **“Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar”** apresentou a menor taxa de execução com 41,3%.



O programa 14 “**Transportes, Turismo e Energia**” registou o maior valor absoluto de execução, com 214,7 milhões de euros, com uma taxa de execução de 84,3%.

Ao nível de execução orçamental, destacam-se:

- ❖ Receita Total, no valor de 1.947,3 milhões de euros, com uma taxa de execução de 97,1%, relativamente à provisão corrigida.
- ❖ Despesas do Plano, no valor de 632,8 milhões de euros, com uma taxa de execução de 86,4%, relativamente à dotação revista.
- ❖ Despesa Total, no valor de 1.831,7 milhões de euros, com uma taxa de execução de 92,6%, relativamente à provisão corrigida.

E) COVID-19

No âmbito da pandemia COVID-19 e das correspondentes medidas de combate e mitigação do risco, apresenta-se a despesa de cada subsetor relativa à COVID-19, no quadro 13. De acordo com a informação prestada pelo GRA, foram executados 77,7 milhões de euros, pela ARD.

No entanto, no parecer do Tribunal de Contas vem referido que a Conta quantifica as verbas despendidas, mas não as identifica nem divulga a totalidade das despesas realizadas para mitigar os efeitos provocados pela pandemia da COVID-19 por classificação económica, permanecendo sem apresentar uma avaliação dos impactos diretos e imediatos das verbas recebidas e pagas.

Quadro 13 - Despesa por subsetor relativo à COVID-19

| <i>(euros)</i> | |
|----------------|-----------------------|
| Subsetor | COVID-19 |
| ARD | 77 659 890,57 |
| SFA | 36 428 924,23 |
| EPR | 16 189 925,70 |
| Total | 130 278 740,50 |

Quadro 14 - Medidas de carácter excecional e Plano de Recuperação e Resiliência – Impacto dos meios financeiros despendidos



(em Euro e em percentagem)

| Destino | Meios financeiros contabilizados na despesa | Impacto ⁽¹⁾ | |
|------------------------------------|---------------------------------------------|------------------------|------------------------|
| | | Na despesa total (%) | Na despesa efetiva (%) |
| Furacão Lorenzo | 21 289 332,69 | 1,2 | 1,4 |
| Plano de Recuperação e Resiliência | 8 310 450,00 | 0,5 | 0,6 |
| Pandemia da COVID-19 | 130 278 740,50 | 7,1 | 8,7 |
| Total | 159 878 523,19 | 8,7 | 10,7 |

Fonte: Relatório da Conta de 2021 (volume I), quadros 2, 20, 51 e 66, pp. 2, 20, 46 e 56.

Nota: ⁽¹⁾ Na quantificação do impacto foi considerada uma despesa total e uma despesa efetiva do sector público administrativo regional, no valor de 1 831 678 851,98 euros e de 1 491 569 301,49 euros, respetivamente.

F) FURACÃO LORENZO

Relativamente ao Furacão Lorenzo foram executadas despesas no montante de 21,3 milhões de euros, sendo a STTE responsável pela maior execução, com 17,2 milhões de euros, seguindo-se a SROPC com 2,7 milhões de euros.

G) PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

De acordo com o parecer do Tribunal de Contas, os meios financeiros recebidos, dirigidos à execução do Plano de Recuperação e Resiliência, não foram despendidos na sua totalidade, ficando por utilizar 67,1 milhões de euros.

A receita contabilizada pela Administração Regional direta, recebida a título de adiantamento do *Next Generation UE*, ascendeu a 75,4 milhões de euros, enquanto a despesa foi quantificada em 8,3 milhões de euros.



H) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES

A Dívida total do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2021, ascendia a, pelo menos, 2.636,3 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 146,9 milhões de euros (+5,9%) comparativamente ao ano anterior.

De acordo com o Orçamento 2021, o Governo Regional estava autorizado a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de 488,5 milhões de euros, dos quais, em termos previsionais, 240 milhões de euros respeitavam a operações de refinanciamento e 245 milhões de euros ao financiamento de projetos com participação de FEEI, para colmatar os efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia da Covid-19 e à regularização de pagamentos em atraso.

Foi ainda autorizada a realização de operações de locação financeira, até ao montante de 3,5 milhões de euros.

Foi efetuada uma emissão obrigacionista em 2021 no montante de 435 milhões de euros e o Governo contraiu um empréstimo de 55 milhões de euros, pelo que as estas duas operações, que totalizaram 490 milhões de euros, pelo que o limite estabelecido pela Assembleia foi ultrapassado em 5 milhões de euros, conforme consta no Relatório do Tribunal de Contas.

Foi também prevista e efetuada a assunção dos passivos financeiros da Sinaga, SA, no valor de 18,8 milhões de euros.

A autorização de recurso ao crédito concedida pela Assembleia Legislativa ao Governo Regional permitia o aumento do endividamento líquido em 248,5 milhões de euros, desde que as operações que gerassem esse acréscimo se destinassem a financiar a implementação de medidas destinadas a atenuar os danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, a execução de projetos com participação de fundos comunitários e a regularização de pagamentos em atraso, finalidades às quais foram globalmente alocados 245 milhões de euros e a realização de investimentos nos domínios da habitação social e do restante património imobiliário da Região, até ao montante de 3,5 milhões de euros.



De acordo com a informação divulgada na Conta, a parcela dos recursos provenientes da emissão obrigacionista concretizada em 2021 que foi alocada às restantes finalidades totalizou 195 milhões de euros, foi a seguinte: ações com cofinanciamento comunitário – 60 milhões de euros; medidas de combate aos danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19 – 110,7 milhões de euros, verba que excedeu em 200 mil euros o limite estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para 2021, relativamente à emissão de dívida com esta finalidade;

Sobre esta matéria o Tribunal de Contas refere: "relativamente ao montante de 60 milhões de euros, não se comprova que foi efetivamente aplicado em projetos com participação comunitária. Idêntica circunstância se verifica relativamente às verbas que terão sido despendidas com as medidas destinadas a dar resposta aos efeitos da crise pandémica da COVID-19 e na regularização de pagamentos em atraso.

Quadro 13 - Dívida Financeira

milhares Euro

| Entidades | Total | | Variação 2021-2020 | |
|---------------------------------------------------------|------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | 2020 | 2021 | Absoluta | Relativa % |
| Administração Regional Direta e SFA (1) | 2 180 679 | 2 400 371 | 219 693 | 10,07 |
| IROA | 3 498 | 2 947 | - 551 | - 15,76 |
| Hospital DES PDL | - | - | - | - |
| Hospital SE Terceira | - | - | - | - |
| Hospital Horta | - | - | - | - |
| ENTA | - | - | - | - |
| EPR - Entidades Públicas Reclassificadas (2) | 11 611 | 11 456 | - 155 | - 1,34 |
| Atlantiline | 6 068 | 500 | - 5 568 | - 91,76 |
| AAFTH | 288 | - | - | - |
| Teatro Micaelense | 504 | 486 | - 18 | - 3,48 |
| AVAE | - | - | - | - |
| PJCSC | - | - | - | - |
| Azorina | 5 933 | 6 181 | 248 | 4,19 |
| Sub-total (2) | 27 901 | 21 570 | - 6 043 | - 21,66 |
| Total Dívida Financeira (1) + (2) | 2 208 580 | 2 421 942 | 213 650 | 9,67 |

No final do ano económico de 2021, a dívida financeira ascendia 2.421,9 milhões de euros, um aumento de 9,7%, relativamente a 2020.



Quadro 14 - Dívida não Financeira

milhares Euro

| Entidades | Total | | Variação | |
|--------------------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | 2020 | 2021 | Absoluta | Relativa % |
| Serviços Integrados | 6 836 | 52 396 | 45 560 | 666,5 |
| Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde) | 917 | 4 491 | 3 574 | 390,0 |
| SRSaúde | 15 137 | 18 830 | 3 693 | 24,4 |
| Sub-total (Administração Regional Direta e SFA) | 22 890 | 75 717 | 52 827 | 230,8 |
| Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira | 680 | - | - 680 | - 100,0 |
| Associação Nonagon | - | - | - | - |
| IROA | 25 | 14 | - 11 | - 44,6 |
| AVEA | - | 731 | 731 | 100,0 |
| Hospital DES PDL | 79 280 | 63 700 | - 15 580 | - 19,7 |
| Hospital SE Terceira | 37 685 | 31 378 | - 6 307 | - 16,7 |
| Hospital Horta | 13 247 | 13 938 | 691 | 5,2 |
| Ilhas de Valor | 55 | 66 | 10 | 18,2 |
| Atlantiline | 526 | 666 | 140 | 26,7 |
| ATA | - | - | - | - |
| Teatro Micaelense | 15 | 36 | 21 | 138,6 |
| Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo | 0 | 1 | 0 | 154,5 |
| Azorina | 47 | 45 | - 2 | - 4,7 |
| Escola de Novas Tecnologias | 5 | 4 | - 1 | - 22,1 |
| Observatório do Turismo dos Açores | 1 | 3 | 3 | 533,4 |
| Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas) | 131 567 | 110 582 | - 20 985 | - 15,9 |
| Total | 154 457 | 186 299 | 31 843 | 20,6 |

A dívida não financeira, no final de 2021, ascendia a 186,3 milhões de euros, um aumento de 20,6% face ao ano anterior.

No entanto, e segundo o Parecer sobre a Conta de Região Autónoma dos Açores do Tribunal de Contas, “a Conta omite dívida não financeira no montante de, pelo menos, 24 milhões de euros, a que acresce a importância de 4,1 milhões de euros relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra, informação que apesar de ter sido divulgada na Conta, não foi aí considerada neste âmbito.”

Segundo o referido relatório, a dívida não financeira do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2021, ascendia a, pelo menos, 214,4 milhões de euros.

➤ **Avales**

No final de 2021, a responsabilidades da Região com avales atingiu os 266,3 milhões de euros.



As EPR - Entidades públicas não reclassificadas, com 209,5 milhões de euros, representam 78,7% do total dos avales.

Quadro 15 – Avales

milhares Euro

| Mutuário | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
|--------------------------------------------------|----------------|----------------|
| EPR - Entidades públicas reclassificadas: | | |
| IROA | 3 325 | 379 |
| Ilhas de Valor | 11 611 | 1 131 |
| Hospital da Horta | - | - |
| Hospital de Santo Espírito - Terceira | - | - |
| Hospital Divino Espírito Santo - PDL | - | - |
| Azorina | 4 869 | 52 |
| Subtotal (1) | 19 806 | 1 561 |
| Entidades públicas não reclassificadas: | | |
| EDA | 30 214 | 2 304 |
| Lotaçor | 29 075 | 7 832 |
| Portos dos Açores | 69 924 | 9 054 |
| SATA | 197 000 | 146 500 |
| Subtotal (2) | 326 214 | 165 690 |
| Total (3) = (1) + (2) | 346 019 | 167 251 |

➤ Cartas de Conforto

Foram emitidas, em 2021, oito Cartas de Conforto no montante de 8,6 milhões de euros. No entanto, a responsabilidade a 31/12/2021 dessas Cartas de Conforto era de 2,1 milhões de euros.

Em termos globais, a responsabilidade da Região com Cartas Conforto, a 31 de dezembro de 2021, era de 60,3 milhões de euros.

Quadro 16 – Variação das Responsabilidades com Cartas Conforto

Euros

| 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | Variação | |
|------------|------------|-------------|-------------|--------------|------|
| 60 313 415 | 80 971 209 | 173 860 718 | 188 751 443 | - 20 657 794 | -11% |

As entidades que representam maior responsabilidade com Cartas de Conforto são: a Sata Air Açores, S.A. (28,4 milhões de euros), Unileite, CRL (10 milhões de euros), Santa Catarina, S.A. (6,4



milhões de euros), Uniqueijo, CRL (5,2 milhões de euros), Sata Internacional (3,8 milhões de euros), a Lacto-Pico, C.R.L. (3 milhões de euros) e a CALF, C.R.L. (2,8 milhões de euros).

➤ **Parcerias Público Privadas (PPP) da RAA**

Os valores atualizados das responsabilidades que decorrem das PPP da RAA, com referência a 31/12/2021, totalizavam 648,2 milhões de euros (valor sem IVA), sendo:

- Concessão rodoviária na SCUT de São Miguel, no valor de 504,5 milhões de euros;
- Hospital da Ilha Terceira, no valor de 143,6 milhões de euros.

Nota: no apuramento do valor foi considerada a projeção, no caso da SCUT, realizada pela empresa concessionária relativo à reposição do equilíbrio financeiro (+41,4 milhões de euros).

Em resumo, a dívida total do Sector Público Administrativo Regional, situa-se num valor de cerca de 2.636 milhões de euros, mais 6% do que no ano anterior, sendo 2.421,9 milhões de dívida financeira e 214,4 milhões de euros de dívida não financeira.

I) PATRIMÓNIO

▪ **Património Não Financeiro**

No final do ano de 2021, o valor líquido do Património Não Financeiro da RAA atingiu os 1.090,8 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e equipamento de transporte, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

Quadro 17 - Património Não Financeiro da RAA

| Euros | | | |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Bens | Ativo Bruto | Ativo Líquido 31/12/2020 | Ativo Líquido 31/12/2021 |
| Móveis | 318 153 163 | 87 110 601 | 90 889 771 |
| Imóveis | 1 266 899 936 | 915 433 011 | 995 784 775 |
| Equipamento de Transporte | 23 133 452 | 3 596 715 | 4 139 456 |
| Totais | 1 608 186 551 | 1 006 140 326 | 1 090 814 002 |



▪ **Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros da Região Autónoma dos Açores são constituídos por participações financeiras, por créditos resultantes de empréstimos concedidos e participação num fundo.

No final de 2021, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 278,0 milhões de euros. Além disso, os empréstimos concedidos pela Administração Regional direta e pelos serviços e fundos autónomos ascendiam a 13,5 milhões de euros. Há ainda o reforço do capital no Fundo de Contragarantia Mútuo, no valor de 5,4 milhões de euros. No total, os ativos financeiros atingem os 296,8 milhões de euros.

Quadro 18 – Posição da carteira de participações financeiras

| Designação | Participações financeiras em: | | | | Empréstimos Concedidos - Créditos | Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo | Euro Total |
|--------------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------|
| | EPR | Sociedades não financeiras Públicas | Instituições s/ fins lucrativos Públicos | Subtotal | | | |
| Administração Regional Direta | 172 257 472 | 100 741 520 | 508 762 | 273 507 754 | 13 258 084 | 5 416 750 | 292 182 588 |
| Administração Regional Indireta e S.F. Autónomas (SFA) | 4 450 000 | - | - | 4 450 000 | 208 603 | | 4 658 603 |
| Total | 176 707 472 | 100 741 520 | 508 762 | 277 957 754 | 13 466 687 | | 296 841 191 |

▪ **Entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores**

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em 27 empresas, em entidades públicas empresariais e em instituições sem fins lucrativos públicas.

O SPER foi sujeito às seguintes alterações em 2021:

- 1 – Extinção da SDEA, EPER;
- 2 – Extinção da SINAGA, SA;
- 3 – Extinção da AZORINA, SA;
- 4 – Alteração da designação da AFTH para Associação para a Valorização Económica dos Açores (AVEA);
- 5 – Extinção da Azores Airlines Vacation (Canadá), subsidiária da SATA Air Açores, SA.



No quadro seguinte, apresenta-se as entidades do sector público empresarial regional, distribuídas por setor de atividade económica, e as instituições sem fins lucrativos públicas, com as respetivas participações diretas, indiretas e/ou cruzadas.

Quadro 19 - Entidades controladas pela RAA

| Entidades controladas pela RAA | | percentagem | | | |
|-------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RAA - Região Autónoma dos Açores | Saúde | HDESPDL - 100% HSEIT - 100% HH - 100% | | | |
| | Transportes Aéreos | Sata Air Açores SA - 100% | Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% AZORES EXPRESS INC. USA - 100% AVEA - 25% Ass. RAEGE Açores - 14,29% | | |
| | | Energia | EDA - 50,10% | Segma - 90% Eda Renováveis - 0,32% Eda Renováveis - 99,68% Globaleda - 74,9% NOS Açores - 6,18% Fund Eng José Correia - 25,91% | |
| | | | | INOVA - 0,77% Fund Eng José Correia - 33,68% | |
| | | | Portos e Transportes marítimos | Atlânticoline, SA - 100% | Naval Canal, Lda - 100% Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20% |
| | | | | Agricultura, Pescas e Ambiente | Azorina - 100% |
| | Lotaçor - 100% | | | | Santa Catarina - 100% |
| | IROA - 100% | | | | |
| | Serviços diversos | Ilhas de Valor - 100% | Melo Abreu, Lda - 31,68% | | |
| | | | PJCSC - 60,87% | | |
| | Cultura | Teatro Micaelense - 99,81% | | | |
| | Instituições s/fins lucrativos | | INOVA - 65,59% AVEA - 50% OTA - 55,56% Nonagon - 70% Ass. GEOAÇORES - 78,95% Associação RAEGE Açores - 85,71% ADFMA - 53,85% CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios CERCA Associação PCTTER Associação AD AIR CENTRE | | |



Quadro 20 - Participações financeiras da RAA – Resumo

| Diretas | | | | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------|--------------------|-------------|------------------|-------------|
| Sector de Atividade | 2020 | | 2021 | | Peso % | Var. Anual | |
| | Nº | Valor | Nº | Valor | | (€) | (%) |
| | Agricultura, pescas e ambiente | 4 | 8 773 320 | | | 10 923 320 | 4% |
| Energia | 1 | 35 070 000 | | 35 070 000 | 13% | - | 0,0% |
| Habituação e Obras Públicas | 0 | - | | - | 0% | - | - |
| Portos e Transportes Marítimos | 2 | 47 384 100 | 2 | 47 384 100 | 17% | - | 0,0% |
| Saúde | 3 | 148 059 038 | 3 | 148 059 038 | 53% | - | 0,0% |
| Transportes Aéreos | 1 | 16 809 500 | 1 | 16 809 500 | 6% | - | 0,0% |
| Cultura | 1 | 12 211 035 | 1 | 12 221 035 | 4% | 10 000 | 0,1% |
| Turismo | 0 | - | | - | 0% | - | #DIV/0! |
| Serviços Diversos | 2 | 9 050 000 | | 9 050 000 | 3% | - | 0,0% |
| Instituições s/fins lucrativos | 9 | 590 762 | | 590 762 | 0% | - | 0,0% |
| Total | 23 | 277 947 755 | 7 | 280 107 755 | 100% | 2 160 000 | 0,8% |

| Indiretas | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------------------------|----------------|----------|----------------|-----------|----------|-------------|
| Sector de Atividade | Detidas por Entidades Públicas Reclassificadas | | | | | | |
| | 2020 | | 2021 | | Peso % | Var. | |
| | Nº | Valor | Nº | Valor | | (€) | (%) |
| Agricultura, pescas e ambiente | 0 | | | | 0% | - | #DIV/0! |
| Energia | 0 | | | | 0% | - | - |
| Habituação e Obras Públicas | 0 | | | | 0% | - | - |
| Portos e Transportes Marítimos | 0 | | | | 0% | - | #DIV/0! |
| Saúde | 0 | | | | 0% | - | #DIV/0! |
| Transportes Aéreos | 0 | | | | 0% | - | - |
| Cultura | 0 | | | | 0% | - | #DIV/0! |
| Turismo | 1 | 700 000 | | 700 000 | 0% | - | - |
| Serviços Diversos | 0 | | | | 0% | - | #DIV/0! |
| Instituições s/fins lucrativos | 5 | 65 308 | | 65 308 | 0% | - | 0,0% |
| Total | 6 | 765 308 | 0 | 765 308 | 0% | - | 0,0% |

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 47,4 milhões de euros, Energia, com 35,1 milhões de euros e os Transportes Aéreos, com 16,8 milhões de euros.



J) FLUXOS FINANCEIROS

Em 2021 registaram-se as seguintes transferências:

| | | | |
|------|-------|-------|------------------|
| SPAR | AC | 4,8 | milhões de euros |
| SPAR | AL | 9,7 | milhões de euros |
| SPAR | SNFP | 200,1 | milhões de euros |
| SPAR | ISFLP | 1,8 | milhões de euros |
| SPAR | AL | 129,9 | milhões de euros |
| AC | SPAR | 340,1 | milhões de euros |
| AC | SPAR | 129,9 | milhões de euros |
| AL | SPAR | 1,2 | milhões de euros |
| SNFP | SPAR | 6,1 | milhões de euros |

Legenda:

SPAR – Sector Público Administrativo Regional

AC – Administração Central

AL – Administração Local

SNFP – Sociedades Não Financeiras Públicas

ISFLP – Instituições Sem Fins Lucrativos Públicas

Foram transferidos para as entidades públicas não incluídas no perímetro orçamental 216,3 milhões de euros e recebidos 347,3 milhões de euros, sendo a sua grande maioria (325,6 milhões de euros) proveniente do Orçamento do Estado.

G) RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Coletivo do Tribunal de Contas procedeu à avaliação do grau de acolhimento do conjunto de recomendações formuladas anteriormente, tendo concluído que das oito recomendações anteriormente efetuadas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2017 que se mantêm atuais, quatro foram acolhidas parcialmente e quatro não foram acolhidas.

Assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações, dirigidas ao Governo Regional dos Açores, relativamente à Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021:

1.ª Apresentar à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de cada ano, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental que respeite os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e elaborar o Orçamento com observância do quadro plurianual



aprovado, desenvolvendo gradualmente a orçamentação integral por programas, mediante, designadamente:

- a) Criação dos programas orçamentais com os respetivos níveis de desagregação;
- b) Definição dos objetivos e metas de cada programa orçamental;
- c) Dotações orçamentais;
- d) Conceção de indicadores de economia, eficiência e eficácia;
- e) Mecanismos de avaliação do grau de realização dos objetivos.

2.ª Apresentar as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, quer previsionais, juntamente com o Orçamento, quer integrando a Conta, de acordo com o SNC-AP.

3.ª Demonstrar na Conta, com referência ao conjunto do sector público administrativo regional, o grau de cumprimento dos limites legais aplicáveis à dívida;

Acompanhamento das recomendações anteriormente formuladas pelo Tribunal de Contas:

4.ª Incluir, na proposta de Orçamento, a informação legalmente exigida, relativamente à situação financeira dos serviços e fundos autónomos.

Acolhida parcialmente

5.ª Conferir coerência aos mapas orçamentais, entre si, quanto aos valores previsionais de recursos financeiros dirigidos à cobertura do investimento público.

Não acolhida

6.ª Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.

Não acolhida

7.ª Aperfeiçoar o processo de consolidação das receitas e das despesas do sector público administrativo regional.

Acolhida parcialmente



8.ª Regularizar as operações de tesouraria, por via orçamental, no ano económico em que tiveram lugar.

Acolhida parcialmente

9.ª Adotar procedimentos contabilísticos adequados que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a UE, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias.

Não acolhida

10.ª Apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência.

Não acolhida

11.ª Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da RAA.

Acolhida parcialmente

Conclusões

Com base nas observações do Tribunal de Contas, incluindo as constantes dos relatórios das ações preparatórias do presente Relatório e Parecer, e tendo em conta a análise das respostas obtidas em sede de contraditório, destacam-se as seguintes conclusões:

- A **Dívida total** do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2021, ascendia a 2636,3 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 146,9 milhões de euros (+5,9%) comparativamente ao ano anterior.
- Nas ações com cofinanciamento comunitário, apresentadas na conta com o montante de 60 milhões de euros, não se comprova que foi efetivamente aplicado em projetos com participação comunitária.



- Idêntica circunstância se verifica relativamente às verbas que terão sido despendidas com as medidas destinadas a dar resposta aos efeitos da crise pandémica da COVID-19, no montante de 110,7 milhões de euros, e na regularização de pagamentos em atraso, no montante de 24,3 milhões de euros.
- Os meios financeiros recebidos, dirigidos à execução do Plano de Recuperação e Resiliência, não foram despendidos na sua totalidade, ficando por utilizar 67,1 milhões de euros, sendo que a receita contabilizada pela Administração Regional direta, recebida a título de adiantamento do Next Generation UE, ascendeu a 75,4 milhões de euros, enquanto a despesa foi quantificada em 8,3 milhões de euros.
- O Saldo orçamental em 2021, deficitário em 92 M€, está influenciado positivamente pelo registo do adiantamento de verbas recebidas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que não teve aplicação em despesa (67,1 M€).

Foram adotados procedimentos que afetam a correção dos registos e dos valores apresentados na Conta, designadamente:

- As demonstrações orçamentais previsionais, de relato e consolidadas, apresentadas na Conta não seguem os modelos tipificados na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.
- Apesar da eliminação do período complementar da execução orçamental ter proporcionado uma melhoria no processo de consolidação, ainda existe margem para aperfeiçoamento.
- O saldo de abertura do exercício de 2021 e o saldo de encerramento do exercício de 2020 não são coincidentes.
- O saldo de encerramento do exercício de 2021 não contempla a totalidade dos meios financeiros recebidos e não utilizados para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, no montante de 67,1 milhões de euros.
- As transferências do Estado ao abrigo do princípio da solidariedade, no valor de 194,7 milhões de euros, continuaram a ser integralmente registadas em receitas correntes.
- Continuou a não ser demonstrada a observância dos limites ao endividamento.



- A Conta omite, pelos menos, 24 milhões de euros de dívida não financeira, a que acresce a quantia de 4,1 milhões de euros relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra, informação que apesar de ter sido divulgada na Conta, não foi aí considerada neste âmbito.
- No final de 2021, a entidade pública reclassificada, Azorina, S.A., tinha uma conta corrente por amortizar, no total de 231 mil euros, que passou a constituir dívida fundada.
- A conciliação do saldo contabilístico da Administração Regional direta não foi passível de confirmação.

Foram ainda realizadas de operações de execução orçamental sem observância do quadro legal:

- O registo de recebimentos sem prévia inscrição orçamental, no total de 2,7 milhões de euros;
- A realização de cabimentos sem a correspondente dotação orçamental, no valor de 112,2 milhões de euros, conduzindo à concretização de pagamentos que excederam a dotação orçamental em 14 mil euros;
- A inobservância do cativo de 6% das dotações orçamentais em aquisição de bens e serviços por entidades sujeitas ao cumprimento daquela obrigação;
- A realização de operações à margem do Orçamento e da Conta, nos montantes de 842,8 milhões de euros na receita e de 842,7 milhões de euros na despesa;
- A ausência de prestação de contas pelas entidades com funções de caixa.
- A movimentação de fundos financeiros à margem do sistema de centralização de tesouraria – Safira, de pelo menos 3,3 mil milhões de euros a crédito e de 3,2 mil milhões de euros a débito;
- A ultrapassagem, em 5 milhões de euros, do limite anual para a emissão de dívida fundada com recurso à contratação de empréstimos, incluindo créditos bancários, fixado pela Assembleia Legislativa em 485 milhões de euros;
- A realização de operações ativas que excederam o limite legal em 84,1 milhões de euros.

Juízo sobre a Conta

“O Tribunal de Contas emite, em conformidade com a sua Lei de Organização e Processo, um juízo sobre a legalidade e a correção financeira das operações examinadas.



Considerando as observações, conclusões e recomendações anteriormente formuladas, bem como as limitações de âmbito expressas no (...), o **Tribunal considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021 está afetada por limitações de âmbito e erros e omissões materialmente relevantes, pelo que formula as reservas e ênfases**”, constantes no parecer.

4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2021, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA, do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, procedeu à primeira votação, tendo-se registado um empate, com os votos contra do PS, a favor do PSD e CDS-PP e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do Deputado Independente, resultado que se manteve na segunda votação, pelo que se **emite parecer desfavorável** relativamente à iniciativa, sem prejuízo do entendimento de que a Conta da Região de 2021 está em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 6 de fevereiro de 2023.

A Relatora

Patrícia Miranda

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2021 e o Relatório do SPER 2021 e declarações de voto.

O Presidente

José Ávila



Declaração de Voto do PS

Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021

A Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano 2021 apresenta, quer sob o ponto de vista formal quer sob o ponto de vista substantivo, várias situações preocupantes, das quais já temos vindo a alertar, e que são reiteradas no Parecer do Tribunal de Contas.

A Dívida total do sector público administrativo regional, reportada ao final de 2021, ascendia a, pelo menos, 2.636,3 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 146,9 milhões de euros (+5,9%) comparativamente ao ano anterior.

A Dívida financeira do sector público administrativo regional aumentou 9,3%, atingindo 2.421,9 milhões de euros, mais 206.5 milhões de euros face ao ano anterior.

A Dívida não financeira ascendia a 214,4 milhões de euros, após correção das omissões. A Conta omite dívida não financeira no montante de, pelo menos, 24 milhões de euros, a que acresce a importância de 4,1 milhões de euros relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra, informação que apesar de ter sido divulgada na Conta, não foi aí considerada neste âmbito.

A Dívida fundada contraída com recurso a empréstimos, incluindo créditos bancários, excedeu em 5 milhões de euros o limite fixado pela Assembleia Legislativa.

Foi autorizado o recurso ao crédito, concedido pela Assembleia Legislativa ao Governo Regional, que permitia o aumento do endividamento líquido em 248,5 milhões de euros:

- 245 milhões de euros para a implementação de medidas destinadas a atenuar os danos económicos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, para execução de projetos com participação de fundos comunitários e para a regularização de pagamentos em atraso.
- 3,5 milhões de euros para a realização de investimentos nos domínios da habitação social e do restante património imobiliário da Região.



Nas ações com cofinanciamento comunitário, apresentadas na conta com o montante de 60 milhões de euros, não se comprova que foi efetivamente aplicado em projetos com participação comunitária.

Idêntica circunstância se verifica relativamente às verbas que terão sido despendidas com as medidas destinadas a dar resposta aos efeitos da crise pandémica da COVID-19, no montante de 110,7 milhões de euros, e na regularização de pagamentos em atraso, no montante de 24,3 milhões de euros.

Os meios financeiros recebidos, dirigidos à execução do Plano de Recuperação e Resiliência, não foram despendidos na sua totalidade, ficando por utilizar 67,1 milhões de euros – a receita contabilizada pela Administração Regional direta, recebida a título de adiantamento do Next Generation UE, ascendeu a 75,4 milhões de euros, enquanto a despesa foi quantificada em 8,3 milhões de euros.

O Saldo orçamental em 2021, deficitário em 92 M€, está influenciado positivamente pelo registo do adiantamento de verbas recebidas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que não teve aplicação em despesa (67,1 M€).

Foram ainda realizadas de operações de execução orçamental sem observância do quadro legal:

- O registo de recebimentos sem prévia inscrição orçamental, no total de 2,7 milhões de euros;
- A realização de cabimentos sem a correspondente dotação orçamental, no valor de 112,2 milhões de euros, conduzindo à concretização de pagamentos que excederam a dotação orçamental em 14 mil euros;
- A inobservância do cativo de 6% das dotações orçamentais em aquisição de bens e serviços por entidades sujeitas ao cumprimento daquela obrigação;
- A realização de operações à margem do Orçamento e da Conta, nos montantes de 842,8 milhões de euros na receita e de 842,7 milhões de euros na despesa;
- A ausência de prestação de contas pelas entidades com funções de caixa.
- A movimentação de fundos financeiros à margem do sistema de centralização de tesouraria – Safira, de pelo menos 3,3 mil milhões de euros a crédito e de 3,2 mil milhões de euros a débito;



- A ultrapassagem, em 5 milhões de euros, do limite anual para a emissão de dívida fundada com recurso à contratação de empréstimos, incluindo créditos bancários, fixado pela Assembleia Legislativa em 485 milhões de euros;
- A realização de operações ativas que excederam o limite legal em 84,1 milhões de euros.

Sob o ponto de vista formal, os procedimentos que afetam a fiabilidade da conta:

- As demonstrações orçamentais previsionais, de relato e consolidadas, apresentadas na Conta não seguem os modelos tipificados na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental;
- O saldo de abertura do exercício de 2021 e o saldo de encerramento do exercício de 2020 não são coincidentes;
- O saldo de encerramento do exercício de 2021 não contempla a totalidade dos meios financeiros recebidos e não utilizados para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, no montante de 67,1 milhões de euros;
- As transferências do Estado ao abrigo do princípio da solidariedade, no valor de 194,7 milhões de euros, continuaram a ser integralmente registadas em receitas correntes;
- Continuou a não ser demonstrada a observância dos limites ao endividamento;
- A Conta omite, pelos menos, 24 milhões de euros de dívida não financeira, a que acresce a quantia de 4,1 milhões de euros relativa às responsabilidades emergentes dos contratos-programa celebrados com a Diocese de Angra, informação que apesar de ter sido divulgada na Conta, não foi aí considerada neste âmbito;
- No final de 2021, a entidade pública reclassificada, Azorina, S.A., tinha uma conta corrente por amortizar, no total de 231 mil euros;
- A conciliação do saldo contabilístico da Administração Regional direta não foi passível de confirmação.

Em síntese:

A conta apresenta pelo menos 195 milhões de euros cuja execução da despesa não está comprovada ter sido despendida para os fins a que se destinava (implementação de medidas destinadas a atenuar os danos económicos e sociais provocados pela pandemia, execução de



projetos com comparticipação de fundos comunitários e regularização de pagamentos em atraso), omite pelo menos 28,1 milhões de euros de dívida não financeira e registou, indevidamente 67,1M€ relativos ao adiantamento de verbas recebidas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que não teve aplicação em despesa, com vista a melhorar o seu saldo orçamental.

Acresce que o saldo de encerramento do exercício de 2021 não contempla a totalidade dos meios financeiros recebidos e não utilizados para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, no montante de 67,1 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos bancários disponíveis ascendiam a cerca de 16,8 milhões de euros, valor que se encontra à margem do Orçamento e da Conta, provocando distorções materialmente relevantes no total da receita e da despesa, bem como no valor do saldo global ou efetivo da Conta.

Atendendo a estes, a ainda outros factos aqui não estão detalhadamente especificados, conclui-se que existem muitas omissões e fragilidades na Conta de 2021 que, para além de afetarem a sua fiabilidade e a sua credibilidade, não revestem a transparência necessária e indispensável ao documento.

Face ao exposto, o GPPS emite parecer desfavorável à Conta da RAA de 2021.

Ponta Delgada, 06 de fevereiro de 2023.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores



Declaração de Voto do Deputado Independente

Da leitura e análise do Relatório e Parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores, existem várias conclusões que deverão ser consideradas na avaliação do ano em causa, assim como considerar-se que aquele ano ainda foi também marcado pelas dificuldades a todos os níveis que se verificaram pela pandemia a nível mundial Covid 19.

Deste modo, desculpa-se alguma falta de identidade que os números refletem, em relação ao “novo paradigma” amplamente publicitado por esta solução governativa, ao longo de toda esta legislatura.

A trajetória do crescimento da dívida continuou e fez-se notar, em final de 2021 a Região devia mais 149,9 milhões de euros, do que no ano anterior, aumentando assim em mais 5,9% o valor total da mesma.

A contratualização de encargos por parte da Região superou o estabelecido pela ALRAA para o ano em causa, embora o valor não tenha grande expressão, quando analisado a nível global, há que ter em consideração que a resiliência registada pela economia em geral, foi uma agradável surpresa, razão pela qual não se justifica esta derrapagem na assunção de encargos para a Região.

A execução dos fundos do PRR foi notoriamente baixa, não seria de esperar que a mesma rondasse números acima dos 50%, em função das dificuldades de articulação e implementação tais fundos, todavia os 11% de execução, mais do que um número preocupante a nível estatístico, representam a falha de implementação de mecanismos de atenuação da crise pandémica, atrasando assim o restabelecimento da economia açoriana, com os consequentes prejuízos para as famílias e empresas.

A nível da receita fiscal verificou-se que a mesma foi a maior dos últimos quatro anos, tendo aumentado 7,2%, o que mostra, em parte, que a recuperação da liquidez das famílias foi um contributo, uma vez que o IRS representa boa parte deste aumento de receita, enquanto por parte do IRC não se registou o mesmo crescimento, visto que o aumento situou-se apenas em 2,2%.

Ainda a nível de impostos, o ISP continua a ser um grande contributo em matéria de receita, mas também é um peso no regular funcionamento das empresas e um entrave à liquidez principalmente das famílias de classe média, uma vez que estas e as empresas dependem imperativamente dos combustíveis para as suas deslocações.



O peso negativo que representa as contas do Grupo Sata, contamina as contas da Região e as recentes notícias em torno do caderno de encargos para a venda da Azores Airlines, assim como outras notícias que se relacionam com preços de vendas de produtos, deixam antever que a Região está longe de ter encontrado uma solução satisfatória para a transportadora aérea regional, situação esta que urge resolver, mas para tal será preciso uma coragem política que não se tem manifestado.

Nota positiva para as despesas salariais nos setores da educação e saúde, onde esta solução governativa herdou graves insuficiências em termos do número de efetivos necessários ao normal e regular cumprimento dos serviços a prestar aos cidadãos.

Pelo supra identificado, a posição de voto à Conta da Região Autónoma dos Açores é de abstenção, uma vez que a apresentação destas mesmas contas não apresenta de forma clara um novo rumo para a Região, conforme promessa na apresentação do Programa de Governo, estando os açorianos ainda cativos de políticas demasiado socialistas que castram a livre iniciativa de cidadãos e empresas, razão pela qual os Açores continuam a apresentar preocupantes divergências, quer a nível europeu, quer a nível nacional.

Açores, 6 de fevereiro de 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

2021

PONTA DELGADA
06 DE FEVEREIRO DE 2023

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| ABREVIATURAS | SIGNIFICADO |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------|
| ATLINE | Atlantiline, S.A. |
| AZORINA | Sociedade Gestão Ambiental e Conservação |
| EDA | Eletricidade dos Açores S.A. |
| HDESPDL | Hospital do Divino Espírito Santo Ponta |
| HH | Hospital da Horta, EPE |
| HSEAH | Hospital do Santo Espírito Angra do Heroísmo |
| IROA | Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A. |
| IVALOR | Ilhas de Valor S.A. |
| NC | Naval Canal- Estaleiros de Construção e Reparação Naval |
| NORMA | Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvol. Reg., S.A |
| ORAA | Orçamento da Região Autónoma dos Açores |
| PA | Portos dos Açores, S.A. |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIBpm | Produto Interno Bruto a preços de mercado |
| PJA | Pousadas de Juventude dos Açores S.A. |
| PJCSC | Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo |
| RAA | Região Autónoma dos Açores |
| SAUD | SAUDAÇOR, S. A. |
| SEGMA | Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. |
| SFA | Serviços e Fundos Autónomos |
| SPER | Setor Público Empresarial Regional |
| SPRA | Sociedade de Gestão e Promoção Ambiental |
| SPRHI | Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| | |
|--------|----------------------------------------------------------------|
| SRATC | Sessão Região Açores Tribunal de Contas |
| SRS | Sistema Regional de Saúde |
| STACAT | Santa Catarina S.A. |
| TM | Teatro Micaelense S.A.. |
| SDEA | Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores |
| ADFMA | Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores |

| CONCEITOS | FÓRMULA |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Autonomia Financeira | Capital Próprio/Total do Ativo |
| EBITDA | Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos |
| Margem do EBITDA | EBITDA/Vendas e Prestações de Serviços |
| Produtividade | VABcf/N.º Médio de Trabalhadores |
| Solvabilidade | Capital Próprio/Total do Passivo |
| VABcf | Valor Acrescentado Bruto a custo dos fatores |
| VABpm | Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado |
| Volume de Negócios | Vendas + Prestações de Serviços |
| Dívida Total | Financiamentos Obtidos + Dívidas a Fornecedores |

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer ao Relatório do Setor Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2021, no dia 6 de fevereiro de 2023, na Delegação da Assembleia em Ponta Delgada.

1. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

A apresentação do presente Relatório decorre do previsto no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, que estabelece o regime de informação e apresentação de contas pelo Setor Público Empresarial Regional (SPER) à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA).

2. CAPÍTULO - UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DA RAA

2.1. Evolução dos Direitos de Participação da RAA

Este documento foi elaborado com base nos Relatórios e Contas das empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER) referentes ao ano 2021, em particular na informação constante da Conta da RAA de 2021 e no Relatório e Parecer do Tribunal de Contas¹.

Para uma análise mais detalhada sobre esta matéria, deverão ser consultados os respetivos relatórios e contas das empresas do SPER e demais Entidades Controladas pela RAA.

O SPER da RAA é composto por participações financeiras, diretas e indiretas, em várias sociedades comerciais e entidades públicas empresariais. Além disso, a RAA participa em várias instituições sem fins lucrativos.

No decorrer do ano 2021 foram realizadas as seguintes **alterações na composição do SPER**:

- Extinção da SDEA, E.P.E.R., determinada pelo DLR n.º 15/2021/A, de 6 de maio, sendo que foram integrados na Administração Regional 24 colaboradores;
- Extinção da Sinaga, S.A., determinada pelo DLR n.º 30/2021/A, de 19 de outubro, no entanto o processo de extinção ainda não se encontra concluído, estando a entidade em processo de liquidação, tendo 39 colaboradores sido integrados Administração Regional;
- Extinção da Azorina, S.A., autorizada pelo DLR n.º 39/2021/A, de 28 de dezembro, sendo que foram integrados na Administração Regional 188 colaboradores;
- Alteração da designação da Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira para Associação para a Valorização Económica dos Açores;
- Extinção da Azores Airlines Vacation (Canadá), subsidiária da SATA Air Açores, S.A.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a RAA participa, direta e indiretamente, em vinte e sete empresas. Tem a participação minoritária em seis, sendo que em uma destas empresas a participação detida é inferior a 10%, o que nos termos do DLR n.º 7/2008/A, de 24 de março, na

¹ Os conceitos utilizados pelo Governo Regional na elaboração das contas do SPER poderão provocar diferenças ao nível da Dívida e do EBITDA, face à metodologia adotada pelo Tribunal de Contas.

sua redação atual, coloca-as para além do perímetro do SPER. É ainda detentora da totalidade do capital em dezasseis empresas e detém a maioria em cinco.

Relativamente ao valor da carteira de participações diretas da RAA nas entidades empresariais, o mesmo apresentava um valor nominal de 279,5 milhões de euros.

No que respeita a entidades não societárias, a Região participa diretamente e indiretamente em treze entidades, onze diretamente e duas indiretamente, sendo que o valor da carteira de participações diretas da RAA das entidades não societárias era de 590 mil euros.

Do ponto de vista das principais rubricas de **rendimentos do SPER**, destacam-se as seguintes:

- Vendas e serviços prestados: 451,5 milhões de euros, representam 53% dos rendimentos do SPER, sendo o montante correspondente às EPR 12,9 milhões de euros, 4% dos rendimentos das EPR;
- Subsídios à exploração: 354,4 milhões de euros, 42% dos rendimentos do SPER, correspondendo às entidades públicas reclassificadas o montante de 290,2 milhões de euros, 93% dos rendimentos das EPR.

Do ponto de vista das principais rubricas dos **gastos do SPER**, destacam-se as seguintes:

- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: 186,4 milhões de euros, representando 21% dos gastos do SPER dos quais 71,3 milhões de euros correspondem às EPR, 23% dos gastos das EPR;
- Fornecimentos e serviços externos: 229,9 milhões de euros, 26% dos gastos do SPER correspondendo às EPR o montante de 64 milhões de euros, 21% dos gastos das EPR;
- Gastos com o pessoal: 282,8 milhões de euros, 32% dos gastos do SPER, dos quais 146,1 milhões de euros são das EPR, 48% dos gastos das EPR;
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização: 83,2 milhões de euros, 9% dos gastos do SEPR, cerca de 11,9 milhões de euros das EPR, 4% dos gastos das EPR;
- Juros e gastos similares suportados: 48,8 milhões de euros, 6% dos gastos do SPER, dos quais cerca de 3,1 milhões de euros são das EPR, cerca de 1% dos gastos das EPR.

O SPER apresentou um **EBITDA** positivo em 2021, mais 62,4 milhões de euros face ao ano transato (+213,3%).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

O valor do EBITDA do SPER em 2021 totaliza 102,7 milhões de euros, tendo as EPR apresentado um valor de 22,9 milhões de euros. Relativamente ao EBITDA ajustado, o SPER totalizava um valor de 93 milhões de euros, sendo que nas EPR o mesmo apresentava um valor de 23,3 milhões de euros.

No final de 2021, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 280,0 milhões de euros, enquanto em 2020 esse valor era de 277,9 milhões de euros, registando-se, assim, uma variação de 2,1 milhões de euros (0,8%).

Tabela 1 – Evolução das Participações Financeiras da RAA

(em Euro)

| Sector de atividade | Participações financeiras da Região Autónoma dos Açores | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------|------------|--------------------|-------------|-----------------------------------------------|--------------------|------------|---------------------|---------------|
| | 31-12-2020 | | 31-12-2021 | | Variação | Detidas em entidades públicas reclassificadas | | | | |
| | N.º | Valor | N.º | Valor | | 31-12-2020 | | 31-12-2021 | | Variação |
| | | | | | N.º | Valor | N.º | Valor | | |
| Agricultura, pescas e ambiente | 4 | 8 773 320 | 4 | 10 923 320 | 24,5% | 2 | 150 000 | 2 | 150 000 | 0,0% |
| Energia | 1 | 35 070 000 | 1 | 35 070 000 | 0,0% | - | - | - | - | - |
| Portos e transportes marítimos | 2 | 47 384 100 | 2 | 47 384 100 | 0,0% | 1 | 7 145 400 | 1 | 7 145 400 | 0,0% |
| Saúde | 3 | 148 059 037 | 3 | 148 059 037 | 0,0% | 3 | 148 059 037 | 3 | 148 059 037 | 0,0% |
| Transportes aéreos | 1 | 16 809 500 | 1 | 16 809 500 | 0,0% | - | - | - | - | - |
| Cultura | 1 | 12 221 035 | 1 | 12 221 035 | 0,0% | 1 | 12 221 035 | 1 | 12 221 035 | 0,0% |
| Serviços diversos (a) | 2 | 9 050 000 | 1 | 9 000 000 | -0,6% | 2 | 9 050 000 | 1 | 9 000 000 | -0,6% |
| Instituições sem fins lucrativos | 11 | 590 762 | 11 | 590 762 | 0,0% | 3 | 82 000 | 3 | 82 000 | 0,0% |
| Total | 25 | 277 957 754 | 24 | 280 057 754 | 0,8% | 12 | 176 707 472 | 11 | 1176 657 472 | -0,03% |

Fonte: Relatório da Conta (volume I, pp. 78, 79 e 126) e documentos de prestação de contas das entidades participadas, de 2021.

Nota: (a) O grupo Ilhas de Valor inclui a empresa pública reclassificada Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo, L.^{da}.

Fonte: Adaptado do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da RAA de 2021

De referir que o setor da Saúde é que tem maior peso dentro das participações financeiras da RAA, com 148,1 milhões de euros (44,8%), seguido pelos Portos e Transportes Marítimos, com 47,4 milhões de euros (14,3%) e Energia, com 35,1 milhões de euros (10,6%).

Não há variação registada nas participações financeiras das EPR, em 2021, registando-se 176,7 milhões de euros.

2.2. Participações Sociais da RAA

A Região Autónoma dos Açores – RAA, com referência a 31 de dezembro de 2021, participa, direta ou indiretamente, em 27 empresas.

Conforme o quadro abaixo, a RAA detém diretamente a totalidade do capital em 12 empresas, indiretamente em 8, a maioria em 24 empresas e tem participação minoritária em 5 empresas, sendo que em 1 destas, a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos da redação atual do DLR nº 7/2008/A, coloca-as fora do perímetro do SPER.

Tabela 2 – Participações da RAA em Empresas – 2021

| Participações da RAA | Participação Direta | Participação Indireta | Total de Participação |
|---------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| Identificação da Empresa | a) RAA | b) SPER | a) + b) |
| 1. HDES – Hosp. Divino Espírito Santo de PDL, E.P.E. | 100,00% | - | 100,00% |
| 2. HSE – Hosp. Santo Espírito Angra Heroísmo, E.P.E. | 100,00% | - | 100,00% |
| 3. HH – Hospital da Horta, E.P.E. | 100,00% | - | 100,00% |
| 4. Sata Air Açores, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 5. Sata Internacional, S.A. | - | 100,00% | 100,00% |
| 6. Sata – Gestão de Aeródromos, S.A. | - | 100,00% | 100,00% |
| 7. Sata Express Inc. CAN | - | 100,00% | 100,00% |
| 8. Azores Express Inc. USA | - | 100,00% | 100,00% |
| 9. Naval Canal Estaleiros de Const. E Rep. Naval, S.A. | - | 100,00% | 100,00% |
| 10. Atlânticoline, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 11. OPERPDL – Soc. Operações Portuárias PDL, Lda. | - | 20,00% | 20,00% |
| 12. OPERTERCEIRA – S. Op. P. Praia da Vitória, Lda. | - | 20,00% | 20,00% |
| 13. OPERTRI – Soc. Operações Portuárias, Lda. | - | 20,00% | 20,00% |
| 14. Portos dos Açores, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 15. Lotaçor – Serviço de Lotas, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 16. Santa Catarina – Industria Conserveira Lda. | - | 100,00% | 100,00% |
| 17. Ilhas de Valor, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 18. Sinaga – Soc. Industrias Agrícolas Açoreanas, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 19. Pousada da Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda | - | 60,87% | 60,87% |
| 20. EDA – Eletricidade dos Açores, S.A. | 50,10% | - | 50,10% |
| 21. Globaleda – Telec. E Sistemas de Informação, S.A. | - | 74,90% | 74,90% |
| 22. EDA Renováveis | - | 100,00% | 100,00% |
| 23. SEGMA, Lda. | - | 100,00% | 100,00% |
| 24. NOS Açores, S.A. | - | 6,18% | 6,18% |
| 25. Azorina, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 26. Teatro Micaelense, S.A. | 99,81% | - | 99,81% |
| 27. IROA, S.A. | 100,00% | - | 100,00% |
| 28. SDEA, E.P.E.R. | 100,00% | - | 100,00% |
| 29. Fábrica de Cervejas e Ref. Melo Abreu, Lda. | - | 31,68% | 31,68% |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

As empresas que compõem o SPER têm um papel importante e impulsionador na economia Regional e abrangem setores estratégicos e primordiais para o desenvolvimento económico e social da RAA.

Relativamente às entidades não societárias (Associações, Institutos, Fundações, Observatórios e Escolas), a Região participa em 13 entidades.

Tabela 3 – Participações da RAA em Entidades Não Societárias 2021

| <i>Participações da RAA</i> | <i>Participação Direta</i> | <i>Participação Indireta</i> | <i>Total de Participação</i> |
|--------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | RAA | SPER | RAA |
| 1. ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores | | 60,77% | 60,77% |
| 2. INOVA – Inst. Inovação Tecnológica dos Açores | 65,59% | 0,39% | 65,98% |
| 3. Observatório do Turismo dos Açores | 55,56% | | 55,56% |
| 4. AVEA – Assoc. Açoriana Form. Turística e Hoteleira | 50,00% | 25,00% | 75,00% |
| 5. FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro | | 29,85% | 29,85% |
| 6. Ass. NONAGON – P. Ciência e Tecnologia de S. Miguel | 70,00% | | 70,00% |
| 7. Associação GeoAÇORES | 78,95% | | 78,95% |
| 8. Associação RAEGE AÇORES | 85,71% | 14,29% | 100,00% |
| 9. CALL | | | * |
| 10. CERCA | | | * |
| 11. Associação PCTTER | | | * |
| 12. Associação AD AIR CENTRE | | | * |
| 13. ADFMA | 53,85% | | 53,85% |

*Sem Capital Constitutivo

2.3. Entidades Públicas Reclassificadas:

Na elaboração da Conta da RAA de 2021 foi novamente adotado o critério previsto no SEC 2010 (Sistema Europeu de Contas), pelo que foram incluídas no Setor das Administrações Públicas as seguintes entidades públicas regionais reclassificadas:

1. HDES – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.
2. HSE – Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.
3. HH – Hospital da Horta, E.P.E.
4. Atlânticoline, S.A.
5. Ilhas de Valor, S.A.
6. Pousada da Juventude da Caldeira de St^o Cristo, Lda.
7. Teatro Micaelense, S.A.
8. IROA, S.A.
9. Azorina – Soc. De Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.
10. Associação NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel;
11. OTA - Observatório do Turismo dos Açores;
12. AAFTH - Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira.

2.4. Entidades Controladas pela RAA

Por sua vez, o Tribunal de Contas adotou o critério das “Entidades Controladas pela RAA”, abrangendo assim mais entidades.

Tabela 4 – Entidades e Empresas do SPER por Setores de Atividade

| SETOR | EMPRESA |
|--------------------------------|--------------------------------|
| SAÚDE | HDES PDL E.P.E.R. |
| | HSEIT E.P.E.R. |
| | HHORTA E.P.E.R. |
| TRANSPORTES AÉREOS | SATA Air Açores S.A. |
| | SATA Internacional S.A. |
| | SATA Gestão de Aeródromos S.A. |
| ENERGIA | EDA S.A. |
| | GLOBALEDA S.A. |
| | EDA Renováveis S.A. |
| | SEGMA Lda. |
| PORTOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS | PORTOS DOS AÇORES S.A. |
| | ATLANTICOLINE S.A. |
| | NAVAL CANAL Lda. |
| AGRICULTURA | IROA S.A. |
| | SINAGA S.A. |
| AMBIENTE | AZORINA S.A. |
| PESCAS | LOTAÇOR S.A. |
| | SANTA CATARINA S.A. |
| CULTURA | TEATRO MICAELENSE S.A. |
| TURISMO | PJCSC LDA. |
| DIVERSOS / APOIO EMPRESARIAL | SDEA, E.P.E.R. |
| | ILHAS DE VALOR S.A. |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| | |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ESFL - ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS | AAFTH OTA NONAGON ENTA GEOAÇORES FEJC RAEGE INOVA CALL CERCA ADFMA AD Air Centre PCTTER |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

3. CAPÍTULO – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. Análise Setorial do SPER / Entidades Controladas pela RAA - 2021

Para análise mais detalhada e rigorosa procedeu-se à decomposição do SPER e Entidades Controladas pela RAA, por setores de atividade e por grupos empresariais.

a) Saúde

No setor da Saúde foram incluídos os três Hospitais da Região (Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.; Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.R; Hospital da Horta, E.P.E.R).

Tabela 5 – Saúde – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | PARTIC. RAA | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2021 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------------------|----------------------|----------------------|
| HDESPD E.P.E.R. | 100,0% | 102 312 | 88 002 | 14 310 | 9 854 | 63 700 | 79 280 |
| HH E.P.E.R. | 100,0% | 25 779 | 20 488 | 5 291 | 7 227 | 13 938 | 13 247 |
| HSEIT E.P.E.R. | 100,0% | 16 010 | 41 972 | -25 962 | -31 412 | 31 378 | 37 685 |
| TOTAL | | 144 101 | 150 462 | -6 361 | -14 331 | 109 016 | 130 212 |

No final de 2021, registava-se um desagravamento dos Capitais Próprios negativos, face ao ano anterior. Dos três hospitais, apenas o HSEIT mantém os Capitais Próprios negativos.

A dívida total do setor da saúde baixou 21,2 milhões de euros.

Tabela 6 – Saúde – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS PESSOAL 2021 | GASTOS PESSOAL 2020 | VAR. ANUAL | N.º TRAB. 2021 | N.º TRAB. 2020 | VAR. ANUAL | RÁCIO GP./TRAB. 2021 | RÁCIO GP./TRAB. 2020 |
|-----------------|---------------------|---------------------|--------------|----------------|----------------|------------|----------------------|----------------------|
| HDESPD E.P.E.R. | 72 230 | 66 641 | 5 589 | 2 166 | 2 029 | 137 | 33 | 33 |
| HH E.P.E.R. | 19 121 | 18 733 | 388 | 527 | 530 | -3 | 36 | 35 |
| HSEIT E.P.E.R. | 43 889 | 41 961 | 1 928 | 1 346 | 1 313 | 33 | 33 | 32 |
| TOTAL | 135 240 | 127 335 | 7 905 | 4 039 | 3 872 | 167 | 102 | 100 |

| EBITDA 2021 | EBITDA 2020 | GASTOS FINANC. 2021 | GASTOS FINANC. 2020 | RLE 2021 | RLE 2020 |
|---------------|-------------|---------------------|---------------------|--------------|----------------|
| 10 793 | 2 446 | 1 835 | 4 524 | 4 438 | -4 966 |
| 736 | 16 | 266 | 76 | -2 041 | -2 510 |
| 5 617 | -2 557 | 260 | 310 | 4 721 | -3 510 |
| 17 146 | -95 | 2 361 | 4 910 | 7 118 | -10 986 |

Os gastos com o pessoal aumentaram para 135,2 milhões de euros, mais 7,9 milhões de euros do que em 2020.

O EBITDA registou uma melhoria na ordem dos 17,1 milhões de euros.

No agregado do setor da saúde, os resultados líquidos negativos melhoraram, tendo passado de -11,0 milhões de euros, em 2020, para um resultado líquido positivo de 7,1 milhões de euros, em 2021.

b) Transportes Aéreos

No setor dos transportes aéreos foram incluídas as empresas SATA Air Açores, S.A., SATA Internacional – Azores Airlines, S.A. e SATA Gestão de Aeródromos.

Tabela 7 – Transportes Aéreos – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|------------------------|----------------|----------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| SATA INTERNACIONAL | 168 825 | 501 351 | -332 526 | 35 907 | -271 734 | 36 068 |
| SATA GESTÃO AERÓDROMOS | 9 875 | 8 282 | 1 593 | 651 | 1 604 | 2 559 |
| SATA AIR AÇORES | 368 079 | 477 177 | -109 098 | 331 275 | -99 281 | 318 254 |
| TOTAL | 546 779 | 986 810 | -440 031 | 367 833 | -369 411 | 356 881 |

No que respeita às três empresas do Grupo Sata verificou-se um agravamento dos Capitais Próprios negativos em 2021, situando-se agora nos -440,0 milhões de euros (-369,4 milhões de euros em 2020).

O montante da dívida (financiamentos obtidos e dívidas a fornecedores) das 3 empresas do Grupo situa-se nos 369,4 milhões de euros.

Tabela 8 – Transportes Aéreos – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2021 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|------------------------|-------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|----------------|
| SATA INTERNACIONAL | 35 173 | 627 | 56,10 | -5 600 | 18 516 | -50 229 |
| SATA GESTÃO AERÓDROMOS | 985 | 26 | 37,88 | -260 | 74 | -8 |
| SATA AIR AÇORES | 37 750 | 776 | 48,65 | 12 817 | 20 905 | -6 733 |
| TOTAL | 73 908 | 1 429 | 51,72 | 6 957 | 39 495 | -56 970 |

Os gastos com o pessoal registaram um aumento para os 73,9 milhões de euros, comparando com os 64,2 milhões de euros em 2020, para um conjunto de 1.429 trabalhadores (1.426 trabalhadores em 2020).

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) melhoraram para 6,9 milhões de euros (-44,4 milhões de euros em 2020).

c) Energia

Foram incluídas neste setor as empresas pertencentes ao Grupo EDA, detido maioritariamente pela RAA, nomeadamente a EDA Renováveis, EDA, Global Eda, SEGMA e a NORMA.

Tabela 9 – Energia – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| EDA RENOVÁVEIS | 129 609 | 14 303 | 115 306 | 3 419 | 113 000 | 4 016 |
| EDA | 634 863 | 411 202 | 223 661 | 363 835 | 212 431 | 324 670 |
| GLOBAL EDA | 6 880 | 2 951 | 3 929 | 1 965 | 4 262 | 929 |
| SEGMA | 11 270 | 1 956 | 9 314 | 1 213 | 9 093 | 1 064 |
| NORMA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 782 622 | 430 412 | 352 210 | 370 432 | 338 786 | 330 679 |

As empresas do Grupo EDA registaram 352,2 milhões de euros de Capital Próprio positivo, evidenciando uma sólida estrutura de capitais e representando um dos ativos financeiros mais importantes da RAA.

A dívida total aumentou significativamente para os 370,4 milhões de euros.

Tabela 10 – Energia – Resultados Financeiros de 2019

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2020 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|-----------------------|-------------------------|--------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| EDA RENOVÁVEIS | 2 628 | 80 | 32,85 | 18 180 | 27 | 10 591 |
| EDA | 32 917 | 790 | 41,67 | 44 304 | 2 958 | 15 044 |
| GLOBAL EDA | 2 764 | 99 | 27,92 | 210 | 8 | 35 |
| SEGMA | 1 550 | 52 | 29,81 | 1 156 | 0 | 1 013 |
| NORMA | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 39 859 | 1 021 | 39,04 | 62 694 | 2 993 | 26 683 |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Os gastos com o pessoal aumentaram para 39,8 milhões de euros (38,6 milhões de euros em 2020).

Em 2020, o Grupo EDA registou um resultado líquido do exercício de 26,7 milhões de euros (29,2 milhões de euros em 2020).

d) Portos e Transportes Marítimos

Foram incluídas neste setor a empresa Portos dos Açores, S.A., que detém a Naval Canal, Lda. e a Atlânticoline, S.A..

Tabela 11 – Portos e Transportes Marítimos – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2021 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| PORTOS DOS AÇORES | 512 133 | 154 168 | 357 965 | 289 570 | 74 999 | 75 693 |
| ATLANTICOLINE | 20 998 | 2 310 | 18 688 | 18 301 | 1 092 | 6 595 |
| NAVAL CANAL | 55 | 24 | 32 | 29 | 14 | 31 |
| TOTAL | 533 186 | 156 502 | 376 685 | 307 900 | 76 105 | 82 319 |

Os Capitais Próprios das empresas do grupo Portos dos Açores, no final de 2021, foram de 376,7 milhões de euros, mais 68,8 do que em 2020, mantendo assim uma autonomia financeira positiva.

A dívida total do grupo atingiu os 76,1 milhões de euros.

Tabela 12 – Portos e Transportes Marítimos – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2021 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|-------------------|-------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|------------|
| PORTOS DOS AÇORES | 13 039 | 277 | 47,07 | 6 012 | 1 536 | -279 |
| ATLANTICOLINE | 3 084 | 113 | 27,29 | 2 374 | 279 | 1 104 |
| NAVAL CANAL | 55 | 3 | 18,33 | 12 | 0 | 3 |
| TOTAL | 16 178 | 393 | 41,17 | 8 398 | 1 815 | 828 |

O valor do EBITDA manteve-se positivo, na ordem dos 8,4 milhões de euros, enquanto os gastos financeiros foram de 1,8 milhões de euros.

Os resultados líquidos do exercício passaram a valores positivos na ordem dos 828 mil euros.

e) Agricultura

A SINAGA e a IROA são as duas empresas do SPER na área agrícola. A primeira desenvolveu a sua atividade da cultura da beterraba e comercializa álcool e açúcar. O IROA, por sua vez, trata da gestão e melhoramentos na rede de caminhos agrícolas, fornecimento de água e energia elétrica às explorações agrícolas.

Tabela 13 – Agricultura – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|--------------|---------------|---------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| IROA SA | 21 675 | 7 210 | 14 465 | 2 960 | 14 086 | 3 523 |
| SINAGA SA | 825 | 6 521 | -5 696 | 1 307 | 640 | 21 387 |
| TOTAL | 22 500 | 13 731 | 8 769 | 4 267 | 14 726 | 24 910 |

É de salientar uma diminuição de 5,9 milhões euros dos Capitais Próprios no conjunto das empresas. No que se refere à dívida total das empresas do setor, esta reduziu em 20,6 milhões de euros.

Tabela 14 – Agricultura – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2021 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|--------------|-------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|------------|
| IROA SA | 837 | 28 | 29,89 | 3 068 | 108 | 1 017 |
| SINAGA SA | 607 | 31 | 19,58 | 425 | 408 | -225 |
| TOTAL | 1 444 | 59 | 24,47 | 3 493 | 516 | 792 |

Os resultados líquidos das duas empresas importaram em cerca de 0,8 milhões de euros.

f) Ambiente

Foi incluída neste setor a empresa AZORINA, S.A..

Tabela 15 – Ambiente – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|--------------|---------------|--------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| AZORINA SA | 17 630 | 8 433 | 9 197 | 6 227 | 9 379 | 5 980 |
| TOTAL | 17 630 | 8 433 | 9 197 | 6 227 | 9 379 | 5 980 |

A Azorina tem um Capital Próprio de 9,1 milhões de euros e uma dívida total no valor de 6,2 milhões de euros.

Tabela 16 – Ambiente – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2020 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|--------------|-------------------------|--------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
| AZORINA SA | 3 108 | 180 | 17,27 | 732 | 88 | 151 |
| TOTAL | 3 108 | 180 | 17,27 | 732 | 88 | 151 |

O resultado líquido do exercício foi negativo, na ordem dos 1,5 milhões de euros.

g) Pescas

Foram incluídas neste sector as empresas Lotaçor, S.A. e Santa Catarina, S.A..

Tabela 20 – Pescas – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|----------------|---------------|---------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| LOTAÇOR | 44 761 | 38 118 | 6 643 | 31 737 | 1 593 | 32 336 |
| SANTA CATARINA | 9 569 | 11 837 | -2 268 | 9 085 | -3 788 | 8 829 |
| TOTAL | 54 330 | 49 955 | 4 375 | 40 822 | -2 195 | 41 165 |

O grupo Lotaçor melhorou os seus capitais próprios, passando de -2,2 milhões de euros em 2020 para 4,4 milhões de euros em 2021.

A dívida baixou 343 mil euros.

Tabela 21 – Pescas – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2020 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|----------------|-------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|-------------|
| LOTAÇOR | 4 837 | 197 | 24,55 | 2 297 | 905 | 222 |
| SANTA CATARINA | 1 930 | 134 | 14,40 | -69 | 319 | -641 |
| TOTAL | 6 767 | 331 | 20,44 | 2 228 | 1 224 | -419 |

O resultado do exercício, tal como em 2020, foi negativo na ordem dos 0,4 milhões de euros.

h) Cultura

Foi incluída neste setor o Teatro Micaelense, S.A.

Tabela 17 – Cultura – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|----------------------|--------------|------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| TEATRO MICAELENSE SA | 9 513 | 633 | 8 880 | 522 | 9 148 | 519 |
| TOTAL | 9 513 | 633 | 8 880 | 522 | 9 148 | 519 |

O Capital Próprio do Teatro Micaelense é praticamente igual ao ano anterior. O valor da dívida sobe ligeiramente de 519 mil euros para 522 mil euros.

Tabela 18 – Cultura – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2020 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|----------------------|-------------------------|--------------|--------------------|-----------|--------------------|-------------|
| TEATRO MICAELENSE SA | 471 | 19 | 24,79 | 93 | 21 | -266 |
| TOTAL | 471 | 19 | 24,79 | 93 | 21 | -266 |

Ao nível do desempenho, o resultado líquido, apresenta valores negativos, 266 mil euros.

i) Turismo

Foram incluídas neste setor de atividade a empresa PJCS – Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Tabela 19 – Turismo – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|--------------|--------------|------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| PJCSC LDA | 1 609 | 817 | 792 | 817 | 840 | 804 |
| TOTAL | 1 609 | 817 | 792 | 817 | 840 | 804 |

Os Capitais Próprios reduziram, mas mantiveram-se positivos em 792 mil euros.

Tabela 20 – Turismo – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2021 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|--------------|-------------------------|--------------|--------------------|----------|--------------------|------------|
| PJCSC LDA | 0 | 0 | - | 4 | 0 | -35 |
| TOTAL | 0 | 0 | - | 4 | 0 | -35 |

Apenas a contar com a PJCSC o resultado é negativo.

j) Diversos / Apoio Empresarial

Foram incluídas neste setor, de diversos e apoio empresarial, as empresas SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER e Ilhas de Valor, S.A.

Tabela 21 – Diversos / Apoio Empresarial – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|----------------|---------------|---------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| ILHAS DE VALOR | 30 189 | 12 907 | 17 282 | 11 523 | 18 864 | 12 750 |
| SDEA | 3 126 | 297 | 2 829 | 31 | 3 198 | 36 |
| TOTAL | 33 315 | 13 204 | 20 111 | 11 554 | 22 062 | 12 786 |

De assinalar a redução dos Capitais Próprios para 20,1 milhões de euros e a redução da dívida para 11,5 milhões de euros.

Tabela 22 – Diversos / Apoio Empresarial – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2021 | RÁCIO GP/TRAB 2020 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|----------------|-------------------------|--------------|--------------------|-------------|--------------------|---------------|
| ILHAS DE VALOR | 1 441 | 82 | 17,57 | -302 | 231 | -1 013 |
| SDEA | 481 | 35 | 13,74 | -309 | 0 | -317 |
| TOTAL | 1 922 | 117 | 16,43 | -611 | 231 | -1 330 |

No seu conjunto, as empresas registaram uma redução do EBITDA, para um total negativo de 611 mil de euros, registando-se resultados líquidos negativos na ordem dos 1,3 milhões de euros.

k) Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)

Foram incluídas as seguintes entidades sem fins lucrativos: AAFTH - Associação Açoriana De Formação Turística E Hoteleira; OTA – Observatório de Turismo dos Açores; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Fundação Engenheiro José Cordeiro; INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica Dos Açores; NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel; GEOAÇORES – Ass. Geoparque Açores; ASS. RAEGE AÇORES – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, CERCA, AD Air Centre e PCTER.

Tabela 23 – Entidades Sem Fins Lucrativos – Indicadores Financeiros 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | DÍVIDA TOTAL 2021 |
|---------------|--------------|--------------|----------------------|-------------------|
| AAFTH | 722 | 1 161 | -439 | 731 |
| OTA | 199 | 174 | 25 | 3 |
| NONAGON | 398 | 214 | 184 | 0 |
| ENTA | 1 114 | 818 | 296 | 4 |
| GEOAÇORES | 79 | 36 | 43 | 13 |
| FEJC | 31 | 0 | 31 | 0 |
| RAEGE | 406 | 196 | 210 | 8 |
| INOVA | 2 954 | 452 | 2 501 | 176 |
| CALL | 147 | 5 | 142 | 5 |
| CERCA | 84 | 1 | 84 | 1 |
| ADFMA | 595 | 418 | 177 | 7 |
| AD AIR CENTRE | 1 114 | 837 | 277 | 102 |
| PCTTER | 1 078 | 903 | 175 | 19 |
| TOTAL | 8 921 | 5 215 | 3 706 | 1 069 |

No final de 2021 as Entidades Sem Fins Lucrativos controladas pela RAA apresentavam, no seu conjunto, Capitais Próprios positivos, no valor agregado de 3,7 milhões de euros. A Dívida Total situava-se em 1,1 milhões de euros.

Tabela 24 – ESFL – Resultados Financeiros de 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS COM PESSOAL 2021 | Nº TRAB 2019 | RÁCIO GP/TRAB 2021 | EBITDA | GASTOS FINANCEIROS | RLE |
|---------------|-------------------------|--------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
| AVEA | 726 | 40 | 18,15 | 31 | 14 | 4 |
| OTA | 148 | 4 | 37,00 | 5 | 0 | 1 |
| NONAGON | 322 | 14 | 23,00 | 84 | 0 | 18 |
| ENTA | 287 | 12 | 23,92 | 119 | 13 | 88 |
| GEOAÇORES | 21 | 2 | 10,50 | -32 | 0 | -35 |
| FEJC | 0 | 0 | - | 2 | 0 | 2 |
| RAEGE | 143 | 9 | 15,89 | 77 | 0 | 46 |
| INOVA | 748 | 37 | 20,22 | 163 | 8 | 16 |
| CALL | 0 | 0 | - | 6 | 0 | 6 |
| CERCA | 0 | 0 | - | 1 | 0 | 1 |
| ADFMA | 199 | 7 | 28,43 | 19 | 0 | 8 |
| AD AIR CENTRE | 1 170 | 18 | 65,00 | 67 | 0 | 40 |
| PCTTER | 166 | 7 | 23,71 | 100 | 0 | 94 |
| TOTAL | 3 930 | 150 | 265,81 | 642 | 35 | 289 |

Ao nível do desempenho financeiro, as ESFL controladas pela RAA apresentaram, no seu conjunto, um EBITDA positivo, na ordem dos 0,6 milhões de euros, igual a 2020.

Em termos globais, apresentam um resultado líquido positivo de 289 mil euros (191 mil euros em 2020).

3.2. Apreciação Global

No quadro abaixo apresentam-se os indicadores e resultados financeiros agregados referentes às entidades que compõem o SPER e as Entidades Controladas pela RAA no ano de 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Tabela 25 – SPER – Indicadores Financeiros Agregados 2021
(valores em milhares de euros)

| SETOR | ATIVO | PASSIVO | CAPITAL PRÓPRIO 2021 | CAPITAL PRÓPRIO 2020 | DÍVIDA TOTAL 2021 | DÍVIDA TOTAL 2020 |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| AGRICULTURA (IROA) | 21 675 | 7 210 | 14 465 | 14 086 | 2 960 | 3 523 |
| AMBIENTE (AZORINA) | 17 630 | 8 433 | 9 197 | 9 379 | 6 227 | 5 980 |
| CULTURA (TEATRO MICAELENSE S.A.) | 9 513 | 633 | 8 880 | 9 148 | 522 | 519 |
| ILHAS DE VALOR SA | 30 189 | 12 907 | 17 282 | 18 864 | 11 523 | 12 750 |
| SDEA, E.P.E.R. | 3 126 | 297 | 2 829 | 3 199 | 31 | 36 |
| SAÚDE (HDESPD E.P.E.R.) | 102 312 | 88 002 | 14 310 | 9 854 | 63 700 | 79 280 |
| SAÚDE (HH E.P.E.R.) | 25 779 | 20 488 | 5 291 | 7 227 | 13 938 | 13 247 |
| SAÚDE (HSEIT E.P.E.R.) | 16 010 | 41 972 | -25 962 | -31 412 | 31 378 | 37 685 |
| TURISMO (PJCSA LDA.) | 1 609 | 817 | 792 | 841 | 817 | 804 |
| PORTOS E TR. MARÍTIMOS (ATLANTICOLINE) | 20 998 | 2 310 | 18 688 | 18 301 | 1 092 | 6 595 |
| Obs. Turismo Açores | 199 | 174 | 25 | 24 | 3 | 0 |
| AVEA | 722 | 1 161 | -439 | -460 | 731 | 968 |
| ENTA | 1 114 | 818 | 296 | 127 | 8 | 5 |
| NONAGON | 398 | 214 | 184 | 210 | 0 | 0 |
| 1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS | 251 274 | 185 436 | 65 838 | 59 388 | 132 930 | 161 392 |
| SINAGA S.A. | 825 | 6 521 | -5 696 | 640 | 1 307 | 21 387 |
| EDA Renováveis | 129 609 | 14 303 | 115 306 | 113 000 | 3 419 | 4 016 |
| EDA | 634 863 | 411 202 | 223 661 | 212 431 | 363 835 | 324 670 |
| Global EDA | 6 880 | 2 951 | 3 929 | 4 262 | 1 965 | 929 |
| GRUPO EDA Consolidado | 532 748 | 332 546 | 200 202 | 200 202 | | 300 192 |
| LOTAÇOR | 44 761 | 38 118 | 6 643 | 1 593 | 31 737 | 32 336 |
| GRUPO LOTAÇOR Consolidado | 29 894 | 49 460 | -19 566 | -19 566 | | 41 165 |
| GRUPO PORTOS AÇORES | 354 745 | 129 825 | 224 920 | 224 920 | | 67 186 |
| Sata Internacional | 168 825 | 501 351 | -332 526 | -271 734 | 35 907 | 36 068 |
| Sata Gestão Aeródromos | 9 875 | 8 282 | 1 593 | 1 604 | 651 | 2 559 |
| Sata Air Açores | 368 079 | 477 177 | -109 098 | -99 281 | 331 275 | 318 254 |
| GRUPO SATA Consolidado | 266 488 | 635 776 | -369 288 | -369 288 | | |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| 2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER | 1 184 700 | 1 154 128 | 30 572 | 36 908 | 1 307 | 429 930 |
|-----------------------------------------|------------------|------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| <i>Geoaçores</i> | 79 | 36 | 43 | 79 | 13 | 3 |
| <i>F. Eng Jose Cordeiro</i> | 31 | 0 | 31 | 29 | 0 | 0 |
| <i>INOVA</i> | 2 954 | 452 | 2 501 | 2 595 | 176 | 232 |
| <i>Ass. RAEGE Açores</i> | 406 | 196 | 210 | 89 | 8 | 0 |
| <i>CALL</i> | 147 | 5 | 142 | 203 | 5 | 6 |
| <i>CERCA</i> | 84 | 1 | 84 | 82 | 1 | 0 |
| <i>ADFMA</i> | 595 | 418 | 177 | 63 | 7 | 10 |
| <i>AD Air Centre</i> | 1 114 | 837 | 277 | 68 | 102 | 23 |
| <i>PCTTER</i> | 1 078 | 903 | 175 | 80 | 19 | 32 |
| 3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS | 6 488 | 2 848 | 3 640 | 3 288 | 331 | 306 |
| Total | 1 442 462 | 1 342 412 | 100 050 | 99 584 | 134 568 | 591 628 |

Tabela 26 – SPER – Resultados Financeiros Agregados 2021

(valores em milhares de euros)

| ENTIDADE | GASTOS PESSOAL 2021 | GASTOS PESSOAL 2020 | VAR. ANUAL | N.º TRAB. 2021 | N.º TRAB. 2020 | VAR. ANUAL | Rácio GP./Trab. 2021 | Rácio GP./Trab. 2020 |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <i>IROA S.A.</i> | 837 | 664 | 173 | 28 | 23 | 5 | 29,89 | 28,87 |
| <i>AZORINA S.A.</i> | 3 108 | 2 902 | 206 | 180 | 181 | -1 | 17,27 | 16,03 |
| <i>TEATRO MICAELENSE S.A.</i> | 471 | 446 | 25 | 19 | 22 | -3 | 24,79 | 20,27 |
| <i>ILHAS DE VALOR SA</i> | 1 441 | 1 395 | 46 | 82 | 76 | 6 | 17,57 | 18,36 |
| <i>SDEA, E.P.E.R.</i> | 481 | 1 118 | -637 | 35 | 29 | 6 | 13,74 | 38,55 |
| <i>HDESPD E.P.E.R.</i> | 72 230 | 66 641 | 5 589 | 2 166 | 2 029 | 137 | 33,35 | 32,84 |
| <i>HH E.P.E.R.</i> | 19 121 | 18 733 | 388 | 527 | 530 | -3 | 36,28 | 35,35 |
| <i>HSEIT E.P.E.R.</i> | 43 889 | 41 961 | 1 928 | 1 346 | 1 313 | 33 | 32,61 | 31,96 |
| <i>PJCSA LDA.</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| <i>ATLANTICOLINE</i> | 3 084 | 2 783 | 301 | 113 | 115 | -2 | 27,29 | 24,20 |
| <i>Obs. Turismo Açores</i> | 148 | 132 | 16 | 4 | 3 | 1 | 37,00 | 44,00 |
| <i>AVEA</i> | 726 | 719 | 7 | 40 | 36 | 4 | 18,15 | 19,97 |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| | | | | | | | | |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| ENTA | 287 | 298 | -11 | 12 | 12 | 0 | 23,92 | 24,83 |
| NONAGON | 322 | 330 | -8 | 14 | 10 | 4 | 23,00 | 33,00 |
| 1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS | 146 145 | 138 122 | 8 023 | 4 566 | 4 379 | 187 | 334,86 | 368,24 |
| SINAGA S.A. | 607 | 496 | 111 | 31 | 32 | -1 | 19,58 | 15,50 |
| EDA Renováveis | 2 628 | 2 160 | 468 | 80 | 70 | 10 | 32,85 | 30,86 |
| EDA | 32 917 | 32 464 | 453 | 790 | 801 | -11 | 41,67 | 40,53 |
| Global EDA | 2 764 | 2 557 | 207 | 99 | 97 | 2 | 27,92 | 26,36 |
| GRUPO EDA Consolidado | | 36 868 | -36 868 | | 1 028 | -1 028 | | |
| LOTAÇOR | 4 837 | 4 679 | 158 | 197 | 192 | 5 | 24,55 | 24,37 |
| GRUPO LOTAÇOR Consolidado | | 6 670 | -6 670 | | 338 | -338 | | |
| GRUPO PORTOS AÇORES | | 16120 | -16 120 | | 390 | -390 | | |
| Sata Internacional | 35173 | 30497 | 4 676 | 627 | 635 | -8 | 56,10 | 48,03 |
| Sata Gestão Aeródromos | 985 | 855 | 130 | 26 | 29 | -3 | 37,88 | 29,48 |
| Sata Air Açores | 37750 | 32834 | 4 916 | 776 | 762 | 14 | 48,65 | 43,09 |
| GRUPO SATA Consolidado | | 65 169 | -65 169 | | 1 410 | -1 410 | | |
| 2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER | 607 | 125 323 | -124 716 | 31 | 3 198 | -3 167 | 20 | 16 |
| Geoaçores | 21 | 35 | -14 | 2 | 1 | 1 | 10,50 | 35,00 |
| F. Eng Jose Cordeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| INOVA | 748 | 725 | 23 | 37 | 34 | 3 | 20,22 | 21,32 |
| Ass. RAEGE Açores | 143 | 82 | 61 | 9 | 3 | 6 | 15,89 | 27,33 |
| CALL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| CERCA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| ADFMA | 199 | 169 | 30 | 7 | 4 | 3 | 28,43 | 42,25 |
| AD Air Centre | 1170 | 1026 | 144 | 18 | 17 | 1 | 65,00 | 60,35 |
| PCTTER | 166 | 148 | 18 | 7 | 8 | -1 | 23,71 | 18,50 |
| 3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS | 912 | 842 | 70 | 80 | 38 | 10 | 46,61 | 83,66 |
| Total | 147 664 | 264 287 | -116 623 | 4 677 | 7 615 | -2 970 | 401 | 467 |

Tabela 27.1 – SPER – Resultados Financeiros Agregados 2021 (continuação)

(valores em milhares de euros)

| <i>ENTIDADE</i> | <i>EBITDA 2021</i> | <i>EBITDA 2020</i> | <i>GASTOS FINANC. 2021</i> | <i>GASTOS FINANC. 2020</i> | <i>RLE 2021</i> | <i>RLE 2020</i> |
|----------------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <i>IROA S.A.</i> | 3 068 | 2 826 | 108 | 125 | 1 017 | 670 |
| <i>AZORINA S.A.</i> | 732 | -217 | 88 | 82 | 151 | -832 |
| <i>TEATRO MICAELENSE S.A.</i> | 93 | 159 | 21 | 7 | -266 | -8 |
| <i>ILHAS DE VALOR SA</i> | -302 | 1 454 | 231 | 270 | -1 013 | 717 |
| <i>SDEA, E.P.E.R.</i> | -309 | 423 | 0 | 7 | -317 | 402 |
| <i>HDESPD E.P.E.R.</i> | 10 793 | 2 446 | 1 835 | 4 524 | 4 438 | -4 966 |
| <i>HH E.P.E.R.</i> | 736 | 16 | 266 | 76 | -2 041 | -2 510 |
| <i>HSEIT E.P.E.R.</i> | 5 617 | -2 557 | 260 | 310 | 4 721 | -3 510 |
| <i>PJCSA LDA.</i> | 4 | 20 | 0 | 0 | -35 | -19 |
| <i>ATLANTICOLINE*</i> | 2 374 | 2 119 | 279 | 292 | 1 104 | 843 |
| <i>Obs. Turismo Açores</i> | 5 | 6 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| <i>AVEA</i> | 31 | -57 | 14 | 11 | 4 | -94 |
| <i>ENTA</i> | 119 | 95 | 13 | 13 | 88 | 68 |
| <i>NONAGON</i> | 84 | 66 | 0 | 0 | 18 | 3 |
| 1) ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS | 23 045 | 6 799 | 3 115 | 5 717 | 7 870 | -9 234 |
| <i>SINAGA S.A.</i> | 425 | 1 118 | 408 | 715 | -225 | 170 |
| <i>EDA Renováveis</i> | 18 180 | 20 143 | 27 | 38 | 10 591 | 12 289 |
| <i>EDA</i> | 44 304 | 43 358 | 2 958 | 3 236 | 15 044 | 14 574 |
| <i>Global EDA</i> | 210 | 990 | 8 | 8 | 35 | 879 |
| <i>GRUPO EDA Consolidado</i> | | 50 952 | | 19 489 | | 14 481 |
| <i>LOTAÇOR</i> | 2297 | 1 232 | 905 | 1 069 | 222 | -1 294 |
| <i>GRUPO LOTAÇOR Consolidado</i> | | | | 1 351 | | -1 548 |
| <i>GRUPO PORTOS AÇORES</i> | | 3 839 | | 2 336 | | -3 517 |
| <i>Sata Internacional</i> | -5 600 | -41 128 | 18 516 | 12 524 | -50 229 | -68 316 |
| <i>Sata Gestão Aeródromos</i> | -260 | -1 227 | 74 | 109 | -8 | -992 |
| <i>Sata Air Açores</i> | 12 817 | -2 013 | 20 905 | 10 662 | -6 733 | -17 752 |
| <i>GRUPO SATA Consolidado</i> | | -53 949 | | 17 382 | | -88 012 |

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

| | | | | | | |
|-----------------------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
| 2) OUTRAS ENTIDADES DO SPER | 425 | 1 960 | 408 | 41 273 | -225 | -78 426 |
| <i>Geoçores</i> | -32 | 24 | 0 | 0 | -35 | 22 |
| <i>F. Eng Jose Cordeiro</i> | 2 | 8 | 0 | 0 | 2 | 7 |
| <i>INOVA</i> | 163 | 163 | 8 | 16 | 16 | 9 |
| <i>Ass. RAEGE Açores</i> | 77 | 30 | 0 | 0 | 46 | 7 |
| <i>CALL</i> | 6 | 109 | 0 | 0 | 6 | 76 |
| <i>CERCA</i> | 1 | 53 | 0 | 0 | 1 | 53 |
| <i>ADFMA</i> | 19 | 7 | 0 | 0 | 8 | 2 |
| <i>AD Air Centre</i> | 67 | 21 | 0 | 0 | 40 | 6 |
| <i>PCTTER</i> | 100 | 32 | 0 | 0 | 94 | 30 |
| 3) ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS | 403 | 225 | 8 | 16 | 178 | 45 |
| Total | 23 873 | 8 984 | 3 531 | 47 006 | 7 823 | -87 615 |

Resumo:

Após análise do relatório da Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021 e tendo em conta, o Parecer do Tribunal de Contas no que diz respeito a esta matéria, a 31-12-2020, verificou-se um aumento de 2,1 milhões de euros no valor nominal da **carteira de participações financeiras** diretas, pese embora o número de entidades participadas tenha diminuído. Esta alteração resultou do aumento do capital social da Lotaçor, S.A., em 2,15 milhões de euros, promovido pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, e da extinção da SDEA.

Em 2021, o **património líquido/capital próprio/fundo patrimonial** agregado das entidades sob controlo da Região ascendeu a 168,9 milhões de euros, registando-se uma melhoria de 23,5 milhões de euros, face ao ano anterior. Esta variação resultou da evolução positiva do património líquido das entidades públicas reclassificadas e do capital próprio/fundo patrimonial das outras entidades controladas que não integram o perímetro orçamental (6,9 milhões de euros e 16,6 milhões de euros, respetivamente).

No que respeita às **entidades públicas reclassificadas**, verificou-se que o Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delegada, E.P.E.R., e o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R., tiveram uma melhoria agregada do património líquido de 10 milhões de euros, que superou o agravamento registado no património líquido do Hospital da Horta, E.P.E.R. e do Grupo Ilhas de Valor, no montante de 3,5 milhões de euros.

O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R., e a Associação para a Valorização Económica dos Açores, apesar de terem registado uma melhoria do património líquido de 4,5 milhões de euros, permanecem em situação de falência técnica, apresentando, no final de 2021, um património líquido agregado de -26,4 milhões de euros.

Relativamente às entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores que **não integram o perímetro orçamental**, verificou-se uma melhoria do capital próprio da Portos dos Açores, S.A., e dos Grupos EDA e Lotaçor, no total de 78,5 milhões de euros. Pelo contrário, observou-se um agravamento do capital próprio do Grupo SATA e da SINAGA, S.A., no montante global de 62,3 milhões de euros.

A variação positiva do capital próprio da Portos dos Açores, S.A., de 68,4 milhões de euros – que decorreu, sobretudo, da contabilização dos «subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis em exploração ou em curso de construção ou ainda em fase avaliação líquido do imposto a pagar (...)» –, permitiu compensar o agravamento de 56 milhões de euros registado no capital próprio do Grupo SATA.

O Grupo Lotaçor registou uma variação positiva no capital próprio, de 4,4 milhões de euros, permanecendo, todavia, em situação de falência técnica. O Grupo SATA e a SINAGA, S.A., evidenciavam, também, uma situação de falência técnica. No final do ano de 2021 estas entidades apresentavam capitais próprios negativos agregados de 461,1 milhões de euros.

A dívida das entidades públicas que não integram o **perímetro orçamental** totalizou 1.117,1 milhões de euros, registando um acréscimo de 101,6 milhões de euros face ao exercício anterior (+10%). Esta variação ficou a dever-se ao crescimento da dívida dos Grupos SATA e EDA (mais 74,6 e 45 milhões de euros, respetivamente).

Em 2021, os **gastos com o pessoal** do sector público empresarial regional e instituições sem fins lucrativos públicas ascendiam a 280,7 milhões de euros, registando um aumento de 19,2 milhões de euros (7,4%), face a 2020.

O número de trabalhadores daquelas entidades também aumentou, verificando-se que as entidades públicas reclassificadas e as outras entidades controladas passaram a ter, respetivamente, mais 154 e 27 trabalhadores.

De acordo com as informações divulgadas no relatório da Conta, foram integrados na Administração Regional 24 trabalhadores da SDEA, E.P.E.R., 188 da Azorina, S.A., e 39 da SINAGA.

Apesar de, em 2021, se ter verificado um aumento dos encargos com o pessoal, no relatório da Conta não foi feita qualquer referência à matéria.

Em 2021, o **EBITDA** agregado das entidades controladas ascendeu a 91,6 milhões de euros e os juros e gastos similares a 38,2 milhões de euros. O aumento do EBITDA em 62,4 milhões de euros face ao ano transato (+213,3%), resultou, em parte, do reforço dos apoios ao funcionamento das entidades, no montante global de 29,8 milhões de euros (+8,8%).

Comparativamente a 2020, observou-se uma melhoria na capacidade de as entidades controladas pela Região Autónoma dos Açores gerarem resultados suficientes para colmatarem os encargos decorrentes da dívida.

No que respeita às entidades públicas reclassificadas, verificou-se que apenas o Grupo Ilhas de Valor e a Teatro Micaelense, S.A., tiveram EBITDA negativos, não dispondo de capacidade para gerarem recursos através das suas atividades operacionais para fazerem face aos juros e gastos similares.

Apesar do reforço do financiamento realizado no exercício de 2021 pela Região Autónoma dos Açores, persistem entidades com património líquido e capitais próprios negativos e com estruturas financeiras debilitadas, situações que poderão exigir da Região Autónoma dos Açores um esforço financeiro acrescido de modo a garantir a continuidade das operações das mesmas. A este propósito, cabe destacar que nas certificações legais de contas de algumas entidades, foram formuladas ênfases relacionadas com o princípio da continuidade das operações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Assim, no final de 2021, a totalidade das empresas que compõem o SPER e as entidades controladas pela RAA, apresentavam, em termos agregados:

- O Capital Social subscrito das entidades do SPER e demais entidades controladas pela RAA em 2021 é de 100 milhões de euros;
- Um Ativo de 1,400 milhões de euros e um Passivo em cerca de 1,300 milhões de euros;
- Financiamentos obtidos e dívidas a fornecedores (dívida total) no valor de 134,5 milhões de euros;
- Um EBITDA (resultado antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos) positivo de 23,8 milhões de euros;
- Gastos com o pessoal de 147,6 milhões de euros, respeitantes a 4.677 trabalhadores;
- Gastos financeiros (juros e gastos similares suportados) de 3,5 milhões de euros;
- Resultados líquidos do período negativos na ordem dos 7,8 milhões de euros.

4. PESO DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL - 2021

As entidades que constituem o SPER da RAA têm um papel relevante na economia regional, quer pelos setores estratégicos onde se inserem, bem como pelo número de empregos produzidos e pelo valor acrescentado que geram.

Tabela 28 – PESO/IMPORTÂNCIA DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL – 2021

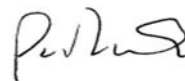
(valores em milhares de euros)

| PESO DO SPER | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
|--------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| PIB Açores | 4 421 000 | 4 163 000 | 4 487 030 | 4 284 984 |
| População Empregada (4º Trimestre) | 110 500 | 113 779 | 113 665 | 110 658 |
| População Empregada no SPER - Total | 7 738 | 7 535 | 7 314 | 7 263 |
| População Empregada no SPER - Sem Saúde | 3 699 | 3 663 | 3 648 | 3 634 |
| População Empregada no SPER - Saúde | 4 039 | 3 872 | 3 666 | 3 629 |
| Peso no Emprego - SPER Total | 7,00% | 6,62% | 6,43% | 6,56% |
| Peso no Emprego - SPER - Sem Saúde | 3,35% | 3,22% | 3,21% | 3,28% |
| Peso no Emprego - SPER - Saúde | 3,66% | 3,40% | 3,23% | 3,28% |

- ✓ O PIB da RAA aumentou 258 milhões de euros relativamente a 2020, tendo atingido o valor de 4.421 milhões de euros, o que se deveu à retoma da economia, após a quebra abrupta da atividade económica resultante da pandemia de COVID-19;
- ✓ A população empregada no setor da saúde do SPER atingiu as 4.038, enquanto nas restantes entidades do SPER totalizou 3.699;
- ✓ O SPER e Entidades Controladas pela RAA representaram, em 2021, cerca de 7,00% da população empregada na RAA.

5. VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Relatora

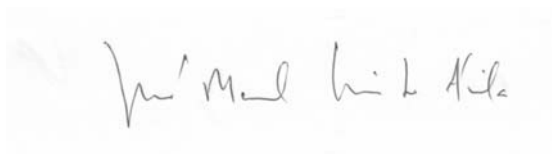


Patrícia Miranda

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

Este documento fica como anexo ao Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2021.

O Presidente



José Ávila



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 8/XII - CONTA DA REGIÃO DO ANO DE
2021**

25 de janeiro de 2023



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 25 de janeiro de 2023 para, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, proceder à apreciação, relato e emissão de parecer sectorial relativo à Proposta de Resolução n.º 8/XII - Conta da Região Autónoma do ano de 2021.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão Permanente de Economia, tendo ficado a aguardar a emissão do parecer pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Posteriormente foi enviada à Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer sectorial.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sobre a conta da Região do ano de 2021 foi emitido a 6 de dezembro de 2022.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano são apreciados em conjunto pela Assembleia. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres emitidos pelas restantes comissões, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 167.º do citado Regimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

De acordo com o disposto na Resolução n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia. Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é competente em matéria de Comunicação Social, Ambiente, Alterações Climáticas, Ordenamento do Território, Recursos Hídricos, Ordenamento do Espaço Marítimo, Orla Costeira, Política de Ocupação de Solos, Reservas Naturais e Ecológicas, Energia e Bem-estar Animal e Recursos Cinegéticos.

Capítulo III
APRECIÇÃO DA CONTA

A Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2021, depois de aprovada pelo Conselho de Governo foi, nos termos legais, apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para efeitos de apreciação e aprovação, tendo sido remetida à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para parecer.

Para a apreciação da Conta, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável teve em consideração o Parecer do Tribunal de Contas supramencionado, assim como o Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2021, nas áreas de competência desta Comissão.

As áreas de competência da Comissão integram o Programa 1 - Informação Comunicação e Cooperação Externa, mais concretamente o Apoio aos Media e o Jornal Oficial; o Programa 6 - Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural, designadamente os sectores do Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica, Melhoramento Genético e Bem-estar animal, Bem-estar de animais de companhia e errantes e o programa Life IP Climaz; o Programa 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar, designadamente os sectores da Gestão e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Requalificação da Orla Costeira, das Intervenções de estabilização e requalificação da orla costeira e da Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha; o Programa 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território e ainda o Programa 10 - Transporte, Turismo e Energia, designadamente os sectores da Eficiência Energética e Energias Renováveis, dos Serviços Energéticos, da Mobilidade Elétrica e da Política Energética.

Da análise aos documentos supramencionados e tendo em conta as áreas de maior incidência no âmbito da Comissão, foi possível apurar o seguinte:

| Objetivos / Programa | Dotação Revista | Executado | Taxa |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------|--------------|
| | Unidade: euro | Unidade: euro | Exec. |
| 1 - Informação Comunicação e Cooperação Externa | | | |
| 1.1 - Apoio aos Media | 1.380.800,00 | 1.159.592,26 | 84,0% |
| 1.2 - Jornal Oficial | 64.000,00 | 62.859,39 | 98,2% |
| 6 - Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural | | | |
| 6.2 - Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas | | | |
| 6.2.2 - Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica | 273.500,00 | 273.500,00 | 100,0% |
| 6.2.4 - Melhoramento Genético e Bem-estar animal | 864.676,00 | 674.854,00 | 78,1% |
| 6.2.5 - Bem-estar de animais de companhia e errantes | 320.526,00 | 227.183,00 | 70,9% |
| 6.2.16 - Life IP Climaz | 123.882,00 | 9.563,00 | 7,7% |
| 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar | | | |
| 7.6 - Gestão e Requalificação da Orla Costeira | | | |



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|-------|
| 7.6.1 - Gestão e requalificação das zonas costeiras | 489.206,00 | 275.865,00 | 56,4% |
| 7.6.4 - Intervenções de estabilização e requalificação da orla costeira | 893.000,00 | 0 | 0,0% |
| 7.7 - Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha | 2.020.514,00 | 715.514,00 | 35,4% |
| 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território | | | |
| | 14.511.342 | 11.620.054,13 | 80,1% |
| 10 - Transporte, Turismo e Energia | | | |
| 10.1 - Eficiência Energética e Energias Renováveis | 868.429,00 | 858.272,75 | 98,8% |
| 10.2 - Serviços Energéticos | 4.438.325,00 | 4.246.186,65 | 95,7% |
| 10.3 - Mobilidade Elétrica | 463.384,00 | 403.247,84 | 87,0% |
| 10.4 - Política Energética | 229.863,00 | 50.306,91 | 21,9% |

Relativamente ao Programa 1, o projeto 1.1 - Apoio aos Media, verificou-se uma taxa de execução de 84,00%, o que correspondeu a um valor de execução de 1.159.592,26 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.380.800,00 euros. Enquanto o projeto 1.2 - Jornal Oficial, verificou-se uma taxa de execução de 98,2%, o que correspondeu a um valor de execução de 62.859,39 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 64.000,00 euros.

Quanto ao Programa 6, relativamente ao projeto 6. 2 - Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas, na ação 6.2.2 - Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica, verificou-se uma taxa de execução de 100,0%, o que correspondeu a um valor de execução de 273.500,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 273.500,00 euros, enquanto que a ação 6.2.4 - Melhoramento Genético e Bem-estar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

animal, verificou-se uma taxa de execução de 78,1%, o que correspondeu a um valor de execução de 674.854,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 864.676,00 euros. Já a ação 6.2.5 - Bem-estar de animais de companhia e errante, verificou-se uma taxa de execução de 70,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 227.183,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 320.526,00 euros, enquanto na ação 6.2.16 - Life IP Climaz, verificou-se uma taxa de execução de apenas 7,7%, o que correspondeu a um valor de execução de 9.563,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 123.882,00 euros.

Relativamente ao Programa 7, dentro das áreas de competência da Comissão, é o que apresenta as menores execuções. O projeto 7.6 - Gestão e Requalificação da Orla Costeira, na ação 7.6.1 - Gestão e requalificação das zonas costeiras, verificou-se uma taxa de execução de 56,4%, o que correspondeu a um valor de execução de 275.865,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 489.206,00 euros, enquanto que na ação 7.6.4 - Intervenções de estabilização e requalificação da orla costeira verificou-se uma taxa de execução de 0%, o que correspondeu a um valor de execução de 0€, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 893.000,00 euros. Quanto ao projeto 7.7 - Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha, verificou-se uma taxa de execução de apenas 35,4%, o que correspondeu a um valor de execução de 715.514,00 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 2.020.514,00 euros

No que diz respeito ao Programa 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território, foi efetuada uma despesa de 11.620.054,13 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 14.511.342,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 80,1% da dotação revista.

Quanto ao Programa 10 - Transporte, Turismo e Energia, no que concerne aos projetos da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no projeto 10.1 - Eficiência Energética e Energias Renováveis, verificou-se uma taxa de execução de 98,8%, o que correspondeu a um valor de execução de 858.272,75 euros,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 868.429,00 euros, no projeto 10.2 – Serviços Energéticos, verificou-se uma taxa de execução de 95,7%, o que correspondeu a um valor de execução de 4.246.186,65 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 4.438.325,00 euros, no projeto 10.3 – Mobilidade Elétrica, verificou-se uma taxa de execução de 87,0%, o que correspondeu a um valor de execução de 403.247,84 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 463.384,00 euros e no projeto 10.4 – Política Energética, verificou-se uma taxa de execução de apenas 21,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 50.306,91 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 229.863,00 euros.

Relativamente ao Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região referente ao ano de 2021, foram formuladas Recomendações, não se tendo verificado qualquer Recomendação que respeite especificamente às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo IV
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do **PSD** e do **PPM** manifestou parecer favorável à aprovação da Conta da Região referente ao ano e de 2021.

Os Grupos Parlamentares do **PS e BE** e a Representação Parlamentar do **PAN** abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que a Proposta de Resolução n.º 8/XII – Conta da Região do ano de 2021, e no que se refere às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, parecer favorável, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do **PSD e PPM**, as abstenções com reserva de posição para plenário dos Grupos Parlamentares do **PS e BE** e da Representação Parlamentar do **PAN**.

Este relatório e parecer será remetido à comissão permanente de economia.

Vila do Porto, 25 de janeiro de 2023.

A Relatora,

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Gabriel Eduardo)



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL DA COMISSÃO PERMANENTE
DE POLÍTICA GERAL SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º
8/XII - CONTA DA REGIÃO DO ANO DE 2021**

Ponta Delgada, 25 de janeiro de 2023



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 9 de janeiro de 2023, a fim de proceder à análise e dar parecer, nas áreas de competência da Comissão, à Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2021.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do EPARAA.

O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano de Investimentos são apreciados em conjunto pela Assembleia Legislativa. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas restantes comissões especializadas permanentes, conforme dispõe o artigo 167.º do citado Regimento.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia. Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão Permanente de Política Geral Sustentável é competente em matéria de: Administração pública, regional e local; Organização administrativa da região; Ordem e segurança pública e proteção civil; Comunidades Açorianas;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Construção Europeia (sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras Comissões); Tratados e acordos internacionais; Habitação e equipamentos; Arrendamento urbano; Urbanismo; Prevenção e segurança rodoviárias; Cooperação regional; Trabalho e formação profissional e; Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

CAPÍTULO II
APRECIÇÃO

Neste contexto, a Comissão de Política Geral procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores emitido pelo Tribunal de Contas a 6 de dezembro de 2022, tendo-se elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.

| Objetivos / Programa | Dotação | Executado | Taxa |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------|
| | Revista | | |
| | Unidade: euro | Unidade: euro | Exec. |
| 1 - Informação e Cooperação Externa | | | |
| 1.4 - Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores | 157.117,00 | 127.933,75 | 81,4% |
| 1.5 - Os Açores no Espaço Europeu | 192.883,00 | 181.866,65 | 94,3% |
| | | | |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

| | | | |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------|
| 2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | 61.757.073,00 | 51.613.997,14 | 83,6% |
| 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública | 74.157.613,00 | 72.600.560,83 | 97,9% |
| 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil | 61.608.460,00 | 57.951.246,89 | 94,1% |
| 12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações | 78.753.529,00 | 63.428.786,42 | 80,5% |

O projeto 1.4 – Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 81,4% o que correspondeu a um valor de execução de 127.933,75euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 157.117,00euros.

O projeto 1.5 – Os Açores no Espaço Europeu, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 94,3% o que correspondeu a um valor de execução de 181.866,65 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 192.883,00 euros.

No que diz respeito ao Programa 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades, foi efetuada uma despesa de 51.613.997,14 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 61.757.073,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 83,6% da dotação revista.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Quanto ao Programa 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública, foi efetuada uma despesa de 72.600.560,83 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 74.157.613,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 97,9% da dotação revista.

Relativamente ao Programa 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil, foi efetuada uma despesa de 57.951.246,89 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 61.608.460,00 euros, neste sentido a execução em termos relativos corresponde a 94,1% da dotação revista.

Quanto ao Programa 12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações, verificou-se uma taxa de execução de 80,5%, o que correspondeu a uma execução de despesa no valor de 63.428.786,42 euros. A dotação revista foi de 78.753.529,00 euros.

CAPÍTULO III
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do PPM manifestaram-se a favor da aprovação da Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2021.

Os Grupos Parlamentares do PS e do BE abstêm-se, reservando a sua posição para plenário.

CAPÍTULO IV
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Política Geral concluiu que a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2021 está, nas áreas da sua competência, em condições de ser apreciada em reunião Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Este relatório e parecer será remetido à Comissão Permanente de Economia.

Ponta Delgada, 25 de janeiro de 2023

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flávio Soares', written in a cursive style.

Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Elisa Sousa', written in a cursive style.

Elisa Sousa



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

**RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 8/XII - CONTA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2021**

25 DE JANEIRO DE 2023



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu para apreciação, relato e emissão de parecer sectorial, no dia 24 de janeiro de 2023, sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII - Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2021.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do EPARAA.

O processo de apreciação e aprovação das Contas da Região pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo previsto no respetivo Regimento.

Assim, o artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano de Investimentos são apreciados em conjunto pela Assembleia Legislativa.

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 167.º estabelece que os referidos documentos são enviados a todas as comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de pareceres sectoriais, sendo que a elaboração do parecer final incumbe à comissão



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas outras comissões, de acordo com o estipulado no n.º 4 do mesmo artigo.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia.

Contudo, nos termos da mesma disposição legal, compete à Comissão Permanente de Assuntos Sociais apreciar as matérias relativas a: Apoio à família e às migrações; Educação; Juventude; Cultura; Ciência, investigação e inovação tecnológica; Solidariedade e segurança social; Igualdade de género e combate à discriminação; Pobreza e exclusão social; Promoção da infância; Apoio a idosos; Apoio a cidadãos com necessidades especiais; Serviço regional de saúde; Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde; Saúde pública e comunitária; Saúde e desporto escolar; Prevenção e combate às dependências; Segurança alimentar; Promoção de estilos de vida saudáveis; Atividade desportiva profissional e não profissional.

CAPÍTULO III
APRECIÇÃO DA CONTA

No cumprimento das suas atribuições, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, do respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, datado de dezembro de 2022, e do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual, nas áreas cujas competências lhe são inerentes.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A apreciação da Conta e respetivos anexos, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual e do Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, permitiu à Comissão verificar que a taxa de execução financeira do Plano Regional Anual para 2021 situou-se em 86,4%, tendo atingido € 632 807 590,12.

Tendo por base a organização assumida pelos documentos de planeamento anteriormente citados, constata-se que as áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais se encontram aglutinadas em dois grandes Objetivos de Desenvolvimento, nomeadamente: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”.

Os referidos Objetivos de Desenvolvimento integram os Sectores da Juventude, da Educação, da Ciência, do Desporto, da Cultura, da Saúde e da Solidariedade Social, sobre os quais incide a presente análise.

Nestes sectores, o Relatório Anual de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2021 é o que consta do quadro seguinte:

| Objetivos / Programa | Dotação Revista | Executado | Taxa |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------|--------------|
| | Unidade: euro | Unidade: euro | Exec. |
| 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | | | |
| 2.1 – Apoio à Infância e Juventude | 3.776.171,00 | 2.711.094,58 | 71,8% |
| 2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços | 3.808.778,00 | 3.088.011,54 | 81,1% |
| 2.3 – Apoio aos Cidadãos com Necessidades Especiais | 4.741.979,00 | 3.560.565,53 | 75,1% |
| 2.4 – Apoio a Idosos | 3.480.072,00 | 2.480.036,02 | 71,3% |
| 2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza | 18.711.864,00 | 18.547.147,34 | 99,1% |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|--------|
| 2.8- Equipamentos públicos e adequação tecnológica | 322.243,00 | 1.313.850,03 | 44,9% |
| 2.12 – Emigrado e Regressado | 54.646,00 | 54.645,16 | 100,0% |
| 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade | 212.424,00 | 212.262,75 | 99,9% |
| 2.14 – Imigrado e Interculturalidade | 120.430,00 | 116.589,42 | 96,8% |
| 4 – Educação | 22.637.883,00 | 19.937.940,12 | 88,1% |
| 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil | 61.608.460,00 | 57.951.246,89 | 94,1% |
| 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital | 15.919.584,00 | 12.772.290,90 | 80,2% |
| 11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria | | | |
| 11.1 – Juventude | 1.500.465,00 | 1.242.786,77 | 82,8% |
| 11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato | 197.000,00 | 17.871,03 | 9,1% |
| *Verifica-se a dotação de 197.000 para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais. | | | |

O projeto 2.1 – Apoio à Infância e Juventude, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.776.171,00 euros, foi de 71,8%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.711.094,58 euros.

O projeto 2.2 – Apoio à Família, Comunidade e Serviços, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.808.778,00 euros, foi de 81,1% o que correspondeu a um valor de execução de 3.088.011,54 euros.

O projeto 2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 4.741.979,00 euros, foi de 75,1%, o que correspondeu a um valor de execução de 3.560.565,53 euros.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

O projeto 2.4 – Apoio a Idosos, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.480.072,00 euros, foi de 71,3%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.480.036,02 euros.

O projeto 2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 18.711.864,00 euros, foi de 99,1%, o que correspondeu a um valor de execução de 18.547.147,34 euros.

O projeto 2.8 – Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 322.243,00 euros, foi de 44,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 144.702,42 euros

O projeto 2.12 – Emigrado e Regressado, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 54.646,00 euros, foi de 100,0%, o que correspondeu a um valor de execução de 54.645,16 euros.

O projeto 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 212.424,00 euros, foi de 99,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 212.262,75 euros.

O projeto 2.14 – Imigrado e Interculturalidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 120.430,00 euros, foi de 96,8%, o que correspondeu a um valor de execução de 116.589,42 euros.

No que diz respeito ao Programa **4 - Educação**, foi efetuada uma despesa de 19.937.940,12 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 22.637.883,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 88,1% da dotação revista.

Quanto ao Programa **5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil**, foi efetuada uma despesa de 57.951.246,89 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 61.608.460,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 94,1% da dotação revista.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Quanto ao Programa **8 - Cultura, Ciência e Transição Digital**, foi efetuada uma despesa de 12.772.290,90 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 15.919.584,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 80,2% da dotação revista.

O projeto 11.1 – Juventude, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 82,8% o que correspondeu a um valor de execução de 1.242.786,77 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.500.465,00 euros.

O projeto 11.7 – AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 9,1% o que correspondeu a um valor de execução de 17.871,03 euros, sendo que, verifica-se que a dotação revista de 197.000,00 é para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO IV
POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O Grupo Parlamentar do PS emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

O Grupo Parlamentar do PSD emite parecer **favorável** à conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emite parecer **favorável** à conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021.

A Representação Parlamentar do CH emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A **Representação Parlamentar do IL** emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

Apesar de não ter direito a voto, o **BE** emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

Este relatório e parecer será remetido à Comissão Permanente de Economia.

Ponta Delgada, 25 de janeiro de 2023

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

**RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 8/XII - CONTA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2021**

25 DE JANEIRO DE 2023



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu para apreciação, relato e emissão de parecer sectorial, no dia 24 de janeiro de 2023, sobre a Proposta de Resolução n.º 8/XII - Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2021.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do EPARAA.

O processo de apreciação e aprovação das Contas da Região pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo previsto no respetivo Regimento.

Assim, o artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano de Investimentos são apreciados em conjunto pela Assembleia Legislativa.

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 167.º estabelece que os referidos documentos são enviados a todas as comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de pareceres sectoriais, sendo que a elaboração do parecer final incumbe à comissão



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas outras comissões, de acordo com o estipulado no n.º 4 do mesmo artigo.

De acordo com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia.

Contudo, nos termos da mesma disposição legal, compete à Comissão Permanente de Assuntos Sociais apreciar as matérias relativas a: Apoio à família e às migrações; Educação; Juventude; Cultura; Ciência, investigação e inovação tecnológica; Solidariedade e segurança social; Igualdade de género e combate à discriminação; Pobreza e exclusão social; Promoção da infância; Apoio a idosos; Apoio a cidadãos com necessidades especiais; Serviço regional de saúde; Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde; Saúde pública e comunitária; Saúde e desporto escolar; Prevenção e combate às dependências; Segurança alimentar; Promoção de estilos de vida saudáveis; Atividade desportiva profissional e não profissional.

CAPÍTULO III
APRECIÇÃO DA CONTA

No cumprimento das suas atribuições, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, do respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, datado de dezembro de 2022, e do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual, nas áreas cujas competências lhe são inerentes.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A apreciação da Conta e respetivos anexos, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual e do Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, permitiu à Comissão verificar que a taxa de execução financeira do Plano Regional Anual para 2021 situou-se em 86,4%, tendo atingido € 632 807 590,12.

Tendo por base a organização assumida pelos documentos de planeamento anteriormente citados, constata-se que as áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais se encontram aglutinadas em dois grandes Objetivos de Desenvolvimento, nomeadamente: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades” e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”.

Os referidos Objetivos de Desenvolvimento integram os Sectores da Juventude, da Educação, da Ciência, do Desporto, da Cultura, da Saúde e da Solidariedade Social, sobre os quais incide a presente análise.

Nestes sectores, o Relatório Anual de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2021 é o que consta do quadro seguinte:

| Objetivos / Programa | Dotação Revista | Executado | Taxa |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------|--------------|
| | Unidade: euro | Unidade: euro | Exec. |
| 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades | | | |
| 2.1 – Apoio à Infância e Juventude | 3.776.171,00 | 2.711.094,58 | 71,8% |
| 2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços | 3.808.778,00 | 3.088.011,54 | 81,1% |
| 2.3 – Apoio aos Cidadãos com Necessidades Especiais | 4.741.979,00 | 3.560.565,53 | 75,1% |
| 2.4 – Apoio a Idosos | 3.480.072,00 | 2.480.036,02 | 71,3% |
| 2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza | 18.711.864,00 | 18.547.147,34 | 99,1% |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|--------|
| 2.8- Equipamentos públicos e adequação tecnológica | 322.243,00 | 1.313.850,03 | 44,9% |
| 2.12 – Emigrado e Regressado | 54.646,00 | 54.645,16 | 100,0% |
| 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade | 212.424,00 | 212.262,75 | 99,9% |
| 2.14 – Imigrado e Interculturalidade | 120.430,00 | 116.589,42 | 96,8% |
| 4 – Educação | 22.637.883,00 | 19.937.940,12 | 88,1% |
| 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil | 61.608.460,00 | 57.951.246,89 | 94,1% |
| 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital | 15.919.584,00 | 12.772.290,90 | 80,2% |
| 11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria | | | |
| 11.1 – Juventude | 1.500.465,00 | 1.242.786,77 | 82,8% |
| 11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato | 197.000,00 | 17.871,03 | 9,1% |
| *Verifica-se a dotação de 197.000 para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais. | | | |

O projeto 2.1 – Apoio à Infância e Juventude, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.776.171,00 euros, foi de 71,8%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.711.094,58 euros.

O projeto 2.2 – Apoio à Família, Comunidade e Serviços, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.808.778,00 euros, foi de 81,1% o que correspondeu a um valor de execução de 3.088.011,54 euros.

O projeto 2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 4.741.979,00 euros, foi de 75,1%, o que correspondeu a um valor de execução de 3.560.565,53 euros.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

O projeto 2.4 – Apoio a Idosos, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 3.480.072,00 euros, foi de 71,3%, o que correspondeu a um valor de execução de 2.480.036,02 euros.

O projeto 2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 18.711.864,00 euros, foi de 99,1%, o que correspondeu a um valor de execução de 18.547.147,34 euros.

O projeto 2.8 – Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 322.243,00 euros, foi de 44,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 144.702,42 euros

O projeto 2.12 – Emigrado e Regressado, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 54.646,00 euros, foi de 100,0%, o que correspondeu a um valor de execução de 54.645,16 euros.

O projeto 2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 212.424,00 euros, foi de 99,9%, o que correspondeu a um valor de execução de 212.262,75 euros.

O projeto 2.14 – Imigrado e Interculturalidade, a taxa de execução, relativamente à dotação revista de 120.430,00 euros, foi de 96,8%, o que correspondeu a um valor de execução de 116.589,42 euros.

No que diz respeito ao Programa **4 - Educação**, foi efetuada uma despesa de 19.937.940,12 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 22.637.883,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 88,1% da dotação revista.

Quanto ao Programa **5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil**, foi efetuada uma despesa de 57.951.246,89 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 61.608.460,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 94,1% da dotação revista.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Quanto ao Programa **8 - Cultura, Ciência e Transição Digital**, foi efetuada uma despesa de 12.772.290,90 euros, sendo que a dotação revista para 2021 foi de 15.919.584,00 euros. Neste sentido, a execução em termos relativos corresponde a 80,2% da dotação revista.

O projeto 11.1 – Juventude, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 82,8% o que correspondeu a um valor de execução de 1.242.786,77 euros, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 1.500.465,00 euros.

O projeto 11.7 – AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, a taxa de execução relativamente ao previsto foi de 9,1% o que correspondeu a um valor de execução de 17.871,03 euros, sendo que, verifica-se que a dotação revista de 197.000,00 é para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO IV
POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O Grupo Parlamentar do PS emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

O Grupo Parlamentar do PSD emite parecer **favorável** à conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emite parecer **favorável** à conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021.

A Representação Parlamentar do CH emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A **Representação Parlamentar do IL** emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

Apesar de não ter direito a voto, o **BE** emite parecer de **abstenção** com reserva para plenário.

Este relatório e parecer será remetido à Comissão Permanente de Economia.

Ponta Delgada, 25 de janeiro de 2023

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)